



# TIME FOR CLIMATE JUSTICE

KIT DE FERRAMENTAS PARA CAMPANHAS DE  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS

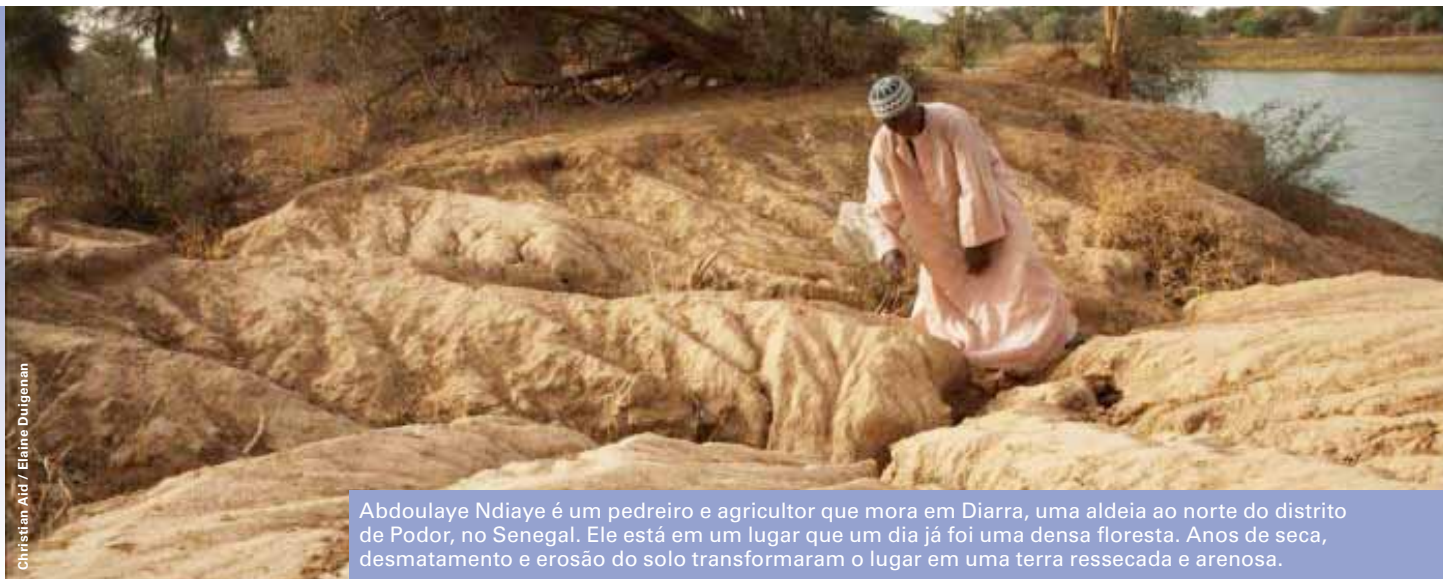
# TIME FOR CLIMATE JUSTICE

## INTRODUÇÃO



**'ESTE É UM PROBLEMA, QUE, SE NÃO RESOLVERMOS, NÃO VAI DEIXAR SOB REVIVENTES.'**

Arcebispo Desmond Tutu



Abdoulaye Ndiaye é um pedreiro e agricultor que mora em Diarra, uma aldeia ao norte do distrito de Podor, no Senegal. Ele está em um lugar que um dia já foi uma densa floresta. Anos de seca, desmatamento e erosão do solo transformaram o lugar em uma terra ressecada e arenosa.

As mudanças climáticas são um problema global, mas que afeta países diferentes de maneiras diferentes. Por piores que sejam as consequências das mudanças climáticas para os moradores de países relativamente ricos, elas serão muito mais devastadoras para as pessoas em posições vulneráveis nos países pobres. As consequências das mudanças climáticas podem se traduzir em uma grande variedade de problemas. Exemplos já conhecidos são mudanças nos regimes de chuvas e um aumento do número de secas e enchentes, com impactos devastadores. Se a temperatura subir mais de 2°C, os especialistas calculam que provavelmente vamos passar por uma séria escassez de água, aumento no nível dos oceanos, e vamos assistir milhões de pessoas a mais expostas à malária na África e passando fome devido à diminuição da produção agrícola no mundo inteiro.

Os piores impactos das mudanças climáticas são sentidos nos países pobres, e são justamente esses

países que contribuem menos para o problema. Isto é uma injustiça. Nós precisamos assegurar que as pessoas mais vulneráveis estejam protegidas dos impactos das mudanças climáticas, mas que tenham também o direito de se desenvolver e achar um caminho que as tire da pobreza. Os países desenvolvidos têm que reduzir suas próprias emissões de carbono e fornecer todo o suporte necessário para assegurar que os países pobres possam limitar o crescimento de suas emissões e ao mesmo tempo atingir o desenvolvimento de novas maneiras, com menos carbono.

Talvez você trabalhe com conscientização ecológica e desenvolvimento sustentável; realize campanhas no seu país para defender o direito das comunidades pobres de ter acesso a benefícios básicos, como água, terras, pesca e florestas; pressione empresas para assumir responsabilidade por falhas no cumprimento dos padrões básicos de respeito ao meio ambiente e direitos trabalhistas; ou esteja envolvido em trabalhos

de desenvolvimento popular, incluindo prestação de serviços e melhorias em condições de moradia. Em todos esses casos, as mudanças climáticas – e as respostas das políticas associadas a elas – terão um efeito profundo em seu trabalho. **É urgente que façamos alguma coisa agora para lidar com o problema das mudanças climáticas porque os pobres do mundo já estão sofrendo os efeitos, e eles serão os mais afetados.**

### **É hora de justiça climática!**

As mudanças climáticas são uma crise global que vai ameaçar as vidas e o sustento de centenas de milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza se não fizermos nada a respeito. Para lidarmos com esse problema, precisamos pressionar os líderes mundiais e exigir justiça climática. Precisamos de um acordo internacional justo e efetivo para combater as mudanças climáticas, e ele precisa ser feito o mais breve possível, para que possa entrar em vigor quando os compromissos atuais do Protocolo de Quioto expirarem em 2012.



3.000 pessoas da sociedade civil do hemisfério sul participam de uma mobilização em massa em Bangkok durante as discussões entre sessões da UNFCCC sobre mudanças climáticas em 2009.

Precisamos pressionar os nossos governos para que eles se comprometam a agir em relação às mudanças climáticas. Os países ricos devem se comprometer a:

- realizar cortes profundos e urgentes em suas emissões de carbono (domésticas, não no estrangeiro) de modo a restringir o aquecimento global a 2°C
- oferecer suporte e ajuda financeira para que os países em desenvolvimento reduzam as suas emissões, alcancem o desenvolvimento de forma limpa e adaptem-se às mudanças climáticas.

Queremos criar um grande movimento que chame a atenção dos nossos líderes, para ajudar a obter

um acordo climático justo e efetivo no nível global. As agências da APRODEV – as 17 organizações de desenvolvimento que trabalham junto ao Conselho Mundial de Igrejas – estão agindo em conjunto na Europa para exercer pressão nos governos do Norte, mas é essencial que as vozes dos países em desenvolvimento sejam igualmente fortes se quisermos atingir uma ação internacional significativa.

#### **Objetivos e conteúdo deste kit de ferramentas**

Este kit tem dois objetivos. **Em primeiro lugar, informar o pessoal do país das agências da APRODEV, seus parceiros e outras ONGs com base no hemisfério sul a respeito dos principais debates em andamento sobre as mudanças**

**climáticas, especialmente aqueles que têm um impacto nos países em desenvolvimento**, por exemplo, acordos para financiamento de políticas de adaptação, o debate sobre a contribuição das chamadas economias emergentes na redução das emissões globais, as obrigações legais que os países desenvolvidos assumiram desde 1992 e que atingem o hemisfério sul, e os créditos de carbono. O principal fórum de discussão e negociação dessas questões é a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). **Em segundo lugar, este kit de ferramentas tem o objetivo de encorajar a militância e ações de campanha no Hemisfério Sul por nossos parceiros e grupos aliados.** Gostaríamos que organizações não-governamentais do sul se tornassem participantes com mais força no debate internacional. Elas têm o papel de desafiar seus governantes a fazer escolhas políticas em âmbito nacional – por exemplo, em questões relacionadas a mudanças nas políticas energéticas e estratégias de desenvolvimento em geral – e de ajudar a sociedade civil global a atingir resultados justos através das discussões na ONU. Nós precisamos do seu apoio.

Este kit de ferramentas contém cinco seções principais. Além da introdução, são elas:

- A ciência e os impactos
- As discussões na ONU
- As posições da política da APRODEV
- Campanha “É hora de justiça climática”
- A facilitação de campanhas no hemisfério sul

**Há hyperlinks ao longo das seções para facilitar a navegação aos usuários.** Além dessas cinco seções, há também um curta metragem para realizadores de campanhas, uma seção com fontes importantes, um glossário, e um calendário de eventos.

#### **Como encomendar o kit de ferramentas**

Se você quiser encomendar cópias adicionais deste kit de ferramentas, entre em contato com a equipe da campanha “É hora de justiça climática” no e-mail [campaigns@christian-aid.org](mailto:campaigns@christian-aid.org) ou acesse o endereço [www.climatejusticeonline.org](http://www.climatejusticeonline.org)

Este kit de ferramentas é uma iniciativa da campanha “É hora de justiça climática” da APRODEV. APRODEV é a associação das 17 maiores organizações de desenvolvimento e ajuda humanitária da Europa, que trabalham junto ao Conselho Mundial de Igrejas. Entre os seus membros, encontram-se: Igreja da Suécia, Diakonia, Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA), DanChurch Aid, Finn Church Aid, ICCO, EED, Brot für die Welt, Bread for All e Christian Aid.

## 1. A CIÊNCIA E OS IMPACTOS

### Índice

[O consenso científico, mitigação e adaptação](#)

[Por que precisamos manter o aquecimento abaixo de 2°C](#)

[Os impactos no desenvolvimento](#)



Figura 1: Aquecimento global – uma camada mais “espessa” de gases de efeito estufa aprisiona mais radiação infravermelha e aumenta as temperaturas<sup>1</sup>

## O que são as mudanças climáticas?

O nosso clima – as condições meteorológicas médias de um determinado lugar – é determinado por uma série de processos naturais, incluindo a radiação solar, as trocas de calor entre os oceanos e a atmosfera, as correntes oceânicas, a circulação atmosférica e a interação entre o ar e as superfícies terrestres. Esses processos, e o clima que eles geram, são dinâmicos. Mas eles seguem padrões e ciclos observáveis, o que nos permite falar em condições climáticas “típicas” (“típicas” inclui variações sazonais e até mesmo eventos atmosféricos extremos).<sup>2</sup>

O aquecimento global antropogênico (causado pelo homem) perturba o padrão normal de atividade climática. Para entender o que é isso, precisamos primeiro considerar o chamado “efeito estufa” (ver figura 1). Quando a radiação solar entra na atmosfera, uma parte dela é refletida diretamente de volta ao espaço, mas uma fração significativa atinge a superfície terrestre, gerando calor. Esse calor é posteriormente liberado na forma de radiação infravermelha. Os gases de efeito estufa – os principais presentes na natureza são vapor d’água, dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>) e ozônio – prendem essa radiação e a mantêm na atmosfera. O efeito é um aquecimento da superfície terrestre e da troposfera, o chamado efeito estufa. Se não houvesse efeito estufa, o mundo seria frio demais para a existência de vida. Mas quanto maior a quantidade de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera, mais radiação fica presa, e maior o aquecimento.

As emissões de GEEs pelo homem desde o início da Revolução Industrial (principalmente originárias da queima de combustíveis fósseis para transporte, indústria e energia, e o desmatamento de florestas) elevaram significativamente o nível de GEEs na atmosfera e aumentaram o efeito estufa. **Isso provocou um aquecimento não-natural da nossa atmosfera, superfícies terrestres e oceanos: entre 1905 e 2005 houve uma elevação de 0,74°C na temperatura média da superfície global.** O ritmo do aquecimento aumentou nos últimos 50 anos, e os dez anos mais quentes já registrados foram todos depois de 1995. **É previsto que as temperaturas irão aumentar entre 1,1°C e 6,4°C neste século, a não ser que sejam tomadas medidas urgentes para reduzir as emissões.**<sup>3</sup>



Seca no nordeste do Quênia em 2006: Saadiya Okash, 26, descansa depois de andar por duas horas carregando água de uma aldeia com suprimento. Eles precisam de água desesperadamente para manter seu pequeno rebanho de cabras vivo

Christian Ato/Mike Goldwater/Getty Images

**Quando falamos em mudanças climáticas, estamos nos referindo à perturbação do clima e do sistema atmosférico globais – além de qualquer ciclo natural – por causa das emissões de GEE pelo homem.** Além dos aumentos na temperatura, outros indicadores das mudanças climáticas são variações nos regimes de chuvas, maior número de eventos atmosféricos extremos (como tempestades, enchentes, secas e ondas de calor), aumento nos níveis dos oceanos, mudanças rápidas de estações, aumento da acidez dos oceanos e derretimento de geleiras. Essas mudanças já têm e terão importantes efeitos socioeconômicos (consulte “Os impactos no desenvolvimento” abaixo).

Esses impactos variam em diferentes regiões do mundo. Por exemplo, as superfícies terrestres esquentarão mais rapidamente do que os oceanos,

e as maiores latitudes, em particular o Ártico, verão maiores aumentos de temperatura.<sup>4</sup> É muito provável que o volume de chuvas aumente em altas latitudes e há uma boa chance de diminuição em regiões terrestres subtropicais (em até 20% até 2100, em algumas previsões).<sup>5</sup> Mas também haverá variações *dentro* dos países; **isso pode dificultar a apresentação de uma previsão única nacional para os impactos prováveis das mudanças climáticas.**

## O consenso científico, mitigação e adaptação

A ONU reúne um painel dos cientistas mais destacados em climatologia – o chamado Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – a cada seis anos para pesquisar os últimos trabalhos e estudos sobre as mudanças climáticas. Esse painel é normalmente considerado o consenso científico sobre mudanças climáticas, não porque ele represente uma “nova” ciência,

## Superaquecendo a Terra: os gases de efeito estufa fabricados pelo homem

O desenvolvimento industrial tem sido fortemente baseado em energia fornecida pela queima de combustíveis fósseis, que lançam grandes quantidades de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Com alguma controvérsia, o CO<sub>2</sub> é o gás de efeito estufa (GEE) mais significativo politicamente, porque responde pela maioria das emissões humanas dos GEEs e está intrinsecamente ligado à nossa produção de energia e à nossa economia. Enquanto as emissões de outros GEEs diminuiu até certo ponto, as emissões de CO<sub>2</sub> parecem estar subindo a um ritmo ainda maior.

As fontes humanas dos GEEs incluem:

- queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás natural para produzir eletricidade, aquecimento, transporte, etc (a maioria com produção de CO<sub>2</sub>)
- mudança no uso do solo, por exemplo, o desmatamento de florestas no solo libera o carbono armazenado, e pode haver quantidades significativas de CO<sub>2</sub> e CH<sub>4</sub> armazenadas em solos e turfa
- outros processos industriais, como a produção de cimento, alumínio e a liberação de gases de resfriamento industriais (produzindo diversos GEEs, dependendo do processo)
- outros processos agrícolas, como a criação de gado, arrozais, produção e uso de fertilizantes químicos, etc (produzindo CH<sub>4</sub> e óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), mas também CO<sub>2</sub>).

mas porque é uma análise do que a ciência atual tem a dizer, de acordo com um grupo amplo e respeitado de cientistas.

Em sua quarta avaliação da ciência climática, publicada em 2007, o IPCC relatou que, sem possibilidade de equívoco, o mundo estava esquentando. O relatório também dizia ser “muito

## Sinais de alerta

“O Ártico é normalmente citado como o canário na mina de carvão para o aquecimento global... e agora... o canário morreu.”

Jay Zwally, cientista da NASA<sup>8</sup>

Uma importante medida do aquecimento global é o ritmo de derretimento do gelo polar. A extensão mínima do gelo marinho no Ártico durante o verão já caiu de aproximadamente 9 milhões de quilômetros quadrados nos anos 1960 para aproximadamente 6 milhões agora. Isso representa uma queda de um terço em apenas 40 anos.<sup>9</sup> Esse derretimento rápido é um sinal de que o aquecimento global poderia estar ocorrendo em um ritmo maior do que os cientistas previram.

Ao contrário do derretimento das geleiras terrestres na Groenlândia e na Antártica, o derretimento de gelo marinho não apresenta em si um perigo imediato para o bem-estar da humanidade, porque não contribui para a elevação do nível dos oceanos. No entanto, é um importante sinal de tendências no clima, e estudos recentes levaram alguns cientistas a concluir que a perda de gelo no verão pode já ter atravessado ou estar

**provável” (com um grau de certeza de mais de 90%) que a atividade humana seja a principal causa.** Esse relatório – conforme citação abaixo – confirmou que a grande maioria das investigações científicas mostraram a relação entre os níveis de GEE e as temperaturas globais.

O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como agora ficou evidente a partir de observações dos aumentos das temperaturas globais da atmosfera e dos oceanos, derretimento generalizado de neve e gelo, e aumento do nível global dos oceanos.<sup>6</sup>

Os níveis de GEE, como o CO<sub>2</sub>, estão consideravelmente mais altos do que nunca nos últimos 650.000 anos, o período para o qual existem dados confiáveis.<sup>7</sup> Observações recentes do Observatório Mauna Loa no Havaí indicam que em 2008 havia 387 partes por milhão (ppm) de CO<sub>2</sub>

perto de atravessar um ponto sem retorno.<sup>10</sup>

## Retroalimentação positiva

Uma das preocupações da ciência climática é que alguns dos impactos do aquecimento global na verdade aumentam o efeito de aquecimento. Por exemplo, o aquecimento global vai causar cada vez mais:

- perda de coberturas de gelo importantes, o que quer dizer que menos radiação solar é refletida, levando a um aquecimento maior
- perda de florestas (devido à perturbação dos ecossistemas florestais), o que libera estoques significativos de carbono, aumentando o efeito estufa
- derretimento do permafrost, o que libera metano, outro gás de efeito estufa.

Esses fenômenos de retroalimentação positiva têm o potencial de aumentar drasticamente o ritmo do aquecimento global.

na atmosfera, em comparação com 278 ppm na era pré-industrial. Como foi dito acima, os níveis de GEE em elevação na atmosfera têm aumentado as temperaturas globais ininterruptamente.

A única solução permanente para as mudanças climáticas causadas pelo homem é o corte nas emissões de GEE pelas maiores economias do mundo em quantidade necessária para impedir um nível perigoso de aquecimento. Esse processo é chamado de “mitigação”. Trata-se de lidar com a causa das mudanças climáticas. Alguns exemplos são:

- a diminuição da queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) para aquecimento, transporte e eletricidade e a mudança para fontes de energia renováveis como eólica, solar e hidrelétrica
- medidas para economia de energia doméstica e industrial

## Impactos agravantes

Se as emissões de GEE continuarem sem fiscalização e o aquecimento global continuar, os efeitos no planeta em 20, 40 ou 90 anos serão ainda mais severos. Por exemplo, o IPCC prevê os seguintes impactos para diferentes setores e regiões.<sup>13</sup>

### Segurança alimentar

- Em países em desenvolvimento áridos e semiáridos, uma mudança de temperatura mesmo relativamente pequena (de 1°C a 2°C) poderia reduzir a produtividade das plantações e aumentar o risco de fome.
- Em partes da África, a área adequada para agricultura, a duração da temporada de crescimento e a produção agrícola seriam todas reduzidas.
- Na Ásia, ocorreria uma queda de 30% nas colheitas no centro e no sul asiáticos até 2050.
- Na América Latina, as áreas mais secas vão sofrer uma queda significativa nas colheitas e na criação de gado.
- Os estoques de pesca serão ainda mais reduzidos devido ao aquecimento e acidificação dos mares.

### Acesso a água doce

- Cerca de 50% da superfície do mundo poderia estar vulnerável à seca até 2100.
- Na África, de 75 a 250 milhões de pessoas serão afetadas por episódios de escassez de água até 2020.

- Na Ásia, a água doce em bacias hidrográficas extensas vai diminuir, afetando o suprimento de água de mais de um bilhão de pessoas até 2050.

### Saúde

- A desnutrição vai aumentar.
- Um número maior de mortes, doenças e ferimentos vai ser o resultado de eventos climáticos extremos (ondas de calor, inundações, tempestades, secas, etc.)
- A incidência de diarreia, associada primariamente a suprimentos de água contaminados durante enchentes e secas, vai aumentar.
- Mudanças na distribuição espacial de algumas doenças infecciosas, incluindo malária, poderia reduzir as mortes em algumas áreas ao mesmo tempo em que aumentaria o risco de infecção em outras.

### Florestas

- Maior frequência de incêndios florestais e pragas terá impacto nas florestas.
- Até 2050, a floresta tropical será gradualmente substituída por savana no leste da Amazônia, com algumas previsões de degradação muito mais séria na floresta amazônica até 2100.

Ao mesmo tempo, os países precisarão seguir estratégias para proteger suas populações e infraestrutura contra os diversos efeitos das mudanças climáticas. Esse processo é chamado de **"adaptação"**. **A adaptação é necessária urgentemente porque o clima já está mudando (devido a emissões no passado)**. O nível e o tipo de adaptação que teremos que realizar no futuro vai depender do nível de aquecimento no futuro, o que por sua vez

vai depender do quanto – ou quão pouco – fizermos em termos de mitigação. Se não conseguirmos reduzir nossas emissões de GEE, é provável que, para muitas populações, a adaptação deixe de ser uma opção viável, uma vez que os aumentos de temperatura e os efeitos climáticos relacionados se tornem grandes demais para enfrentar. Consulte *"Adaptação em países em desenvolvimento"* em *"As posições da política da APRODEV"*, para exemplos de adaptação.

## Por que precisamos manter o aquecimento abaixo de 2°C

Como foi dito acima, o aumento das temperaturas globais está diretamente relacionado ao aumento nos níveis de gases de efeito estufa na atmosfera. A concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera em 2008 era de 387 ppm. Um nível seguro de estabilização seria em torno de 350 e 375 ppm.<sup>11</sup> Segundo o relatório do IPCC, se estabilizarmos o CO<sub>2</sub> na atmosfera em 400 ppm – um limite frequentemente mencionado pelos governos –, o risco de excedermos os 2°C de aumento da temperatura global (em comparação à era pré-industrial) é superior a 50% e talvez superior a 70%.<sup>12</sup>

**Um aumento de 2°C é aceito por muitos como o máximo que as temperaturas globais poderiam subir antes que os efeitos atinjam um novo nível de alerta.** Um trabalho de coautoria da Christian Aid ressaltou a importância desse limite de 2°C:

*Uma vez que a elevação da temperatura supere os 2°C, até 4 bilhões de pessoas podem começar a sofrer períodos cada vez maiores de escassez de água. A agricultura poderia deixar de ser viável em partes do mundo, em particular nos trópicos, e mais milhões de pessoas estarão sob risco de fome. O aumento na temperatura poderia expor entre 40 a 60 milhões de pessoas à malária na África.*<sup>14</sup>

Para evitar esses efeitos catastróficos, a Christian Aid defende que o aquecimento global deve ser estabilizado no menor nível possível, e certamente bem abaixo do limite de 2°C. Com base nos números do IPCC, e num trabalho do Instituto Potsdam para a Pesquisa do Impacto Climático, entre outros, acreditamos que o mundo deveria procurar atingir um nível máximo de estabilização de 375 ppm. Isso,

## Controvérsias dentro da ciência

Enquanto as mudanças climáticas são uma das questões mais investigadas e mapeadas pela ciência moderna, elas não estão livres de controvérsia (muitas vezes instigada e aumentada pelos “céticos do clima” ou “negadores do clima”).

Uma dessas controvérsias foi deflagrada pelo roubo e publicação seletiva em 2009 de e-mails particulares pertencendo à unidade de pesquisa climática da University of East Anglia (UEA), no Reino Unido. Embora nenhuma pergunta séria sobre a ciência básica do clima tenha sido suscitada pelo incidente, havia nos e-mails provas evidentes da relutância dos cientistas da UEA em compartilhar os seus dados, tentativas (fracassadas) de bloquear o que eles viam como ciência deficiente, e uma hostilidade em relação aos “negadores do clima”.

Meses depois, o reconhecimento pelo IPCC de que havia erroneamente afirmado em uma subseção de seu quarto Relatório de Avaliação que as geleiras do Himalaia poderiam desaparecer até 2035 conquistou as manchetes no mundo inteiro, apesar do fato de que o relatório também continha evidências detalhadas e extremamente bem substanciadas do recuo significativo das geleiras dessa região.

Esses incidentes destacam que os cientistas do clima às vezes erram e que esses erros podem diminuir a

credibilidade da história que eles têm para contar. Quando há um pequeno grupo de céticos do clima ávidos para desacreditar a ciência, usando uma mistura de truques baixos, estratégias de vendedor e representações pouco precisas de teorias científicas, é ainda mais importante enfatizar a natureza detalhada e conclusiva das evidências das mudanças climáticas.

Alguns dos principais ataques feitos à ciência das mudanças climáticas são:

- **“O mundo não está ficando mais quente”.** Tem sido uma mensagem particularmente comum em resposta a um inverno frio e com muita neve em partes da Europa e da América do Norte em 2009/10. No entanto, é um erro tentar julgar um efeito que perdura por décadas nas condições climáticas médias com base em um ano em particular, ou mesmo em um punhado de anos. As provas da tendência de aquecimento são claras quando consideramos os registros de temperatura, e também podem ser vistas na maneira como o meio ambiente mudou em resposta às temperaturas. O aquecimento dos últimos 50 anos não tem precedentes em pelo menos 1.300 anos, e provavelmente em muitos milênios.
- **“O aquecimento tem outras causas”.** Houve tentativas frequentes de sugerir que as mudanças de temperatura

podem ser causadas por ciclos naturais, erupções vulcânicas, aumento na urbanização ou manchas e explosões solares. Esses e outros fatores afetam as temperaturas locais e globais de maneiras diferentes, mas isso está incluído na análise da ciência climática, que continua encontrando evidências claras de uma tendência de aquecimento para a qual a única explicação clara é o aquecimento provocado pelos gases de efeito estufa emitidos pelo homem.

- **“As pessoas não expõem gases de efeito estufa em quantidade suficiente para ter um efeito”.** É verdade que há muitas fontes de gases de efeito estufa, naturais e causadas pelo homem, e que esses gases são uma fração relativamente pequena da atmosfera. Mas esses gases exercem uma influência considerável no nosso clima (sem eles o nosso planeta seria uns 30°C mais frio) e o homem teve um impacto significativo neles; por exemplo, a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera aumentou mais de um terço por causa da atividade humana.

Não há escassez de sites na Internet sobre a ciência das mudanças climáticas e o debate em torno dela. Para acessar alguns dos melhores, consulte a nossa lista de fontes importantes na Internet na parte de trás deste kit de ferramentas.

de acordo com o Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, traria um risco muito menor (menos de 20%) de exceder os 2°C.<sup>15</sup>

Para assegurar que o aquecimento global não exceda os 2°C, **as emissões globais devem atingir o seu nível máximo até 2015, retornar aos níveis de 1990 até 2020 e chegar em 80% dos níveis de 1990 em 2050.**<sup>16</sup> A maioria dos modelos apoia esse nível de ação. Esse tipo de transformação global quer dizer que não há mais a opção de continuar o desenvolvimento econômico nos padrões actuais.

A maioria das análises científicas concentra-se nesses dois graus como um limite fundamental para evitar os piores impactos das mudanças climáticas, e essa meta está refletida nos objetivos declarados dos principais países desenvolvidos. No entanto, muitos países em desenvolvimento argumentam que esse limite é muito frágil. Para muitos dos países mais pobres, que já sofrem significativos impactos relativos ao clima, as consequências de um aumento global médio de dois graus na temperatura serão catastróficas. É por isso que esses países já estão pedindo limites mais estritos, de um aquecimento de 1,5°C, ou mesmo 1°C. É fato que mudanças climáticas perigosas já

chegaram com os níveis de aquecimento atuais, e qualquer aumento significará mortes e danos desnecessários em países vulneráveis.

## Os impactos no desenvolvimento

As mudanças climáticas são um assunto central em questões de desenvolvimento porque todos dependemos do clima para a sobrevivência (por exemplo, é o que nos permite plantar o que precisamos comer para sobreviver). As populações em países em desenvolvimento são mais sensíveis aos efeitos das mudanças climáticas porque a pobreza é mais presente e não há dinheiro ou estrutura para lidar com as mudanças. Mesmo



Christian Aid / Mohammedur Rahman

Já bastante vulneráveis por causa da pobreza e de um meio ambiente frágil, as comunidades ribeirinhas de Bangladesh estão sob um risco ainda maior à medida em que as mudanças climáticas se fazem sentir no país. O ritmo de erosão fluvial está aumentando de acordo com relatos, em parte por causa dos efeitos das mudanças climáticas no fluxo dos rios, salinidade da água, tempestades e regime de chuvas

as menores mudanças no clima terão grandes impactos no número de pessoas a passar fome, contrair doenças ou sofrer falta d'água (apenas para citar alguns exemplos). As mudanças climáticas também têm o potencial de enfraquecer as iniciativas de desenvolvimento existentes. Por exemplo, um país pode ter construído defesas contra enchentes ou marés e descobrir que elas se tornaram inúteis pelo agravamento das enchentes ou aumento no nível do mar; ou esse país pode ter cavado poços que não funcionam mais por causa de uma diminuição do volume de chuvas e dos lençóis freáticos; ou vitórias recentes em saúde e educação podem ser afetadas pela escassez de comida e água. **Nesse sentido, as mudanças climáticas são uma questão global, refletindo seus efeitos em muitos setores diferentes.**

E também são uma questão de justiça, porque os países pobres estão sofrendo os efeitos das

mudanças climáticas, mesmo tendo contribuído pouco, ou nada, para causar o problema (a responsabilidade de nações mais ricas e industrializadas em resolver questões das mudanças climáticas e seus efeitos será discutida nas seções posteriores).

É essencial ressaltar que muitos dos impactos das mudanças climáticas já são visíveis no mundo. Por exemplo, as temperaturas médias globais subiram ininterruptamente na segunda metade do século vinte, os regimes de chuva mudaram, as geleiras diminuíram e o clima ficou mais extremo. E embora haja controvérsia sobre se todas essas mudanças podem ser creditadas ao aquecimento global, podemos afirmar que **as mudanças climáticas já estão afetando as vidas dos mais pobres de maneiras importantes.** Pesquisas feitas em comunidades por parceiros e funcionários da Christian Aid, junto com outras fontes, sugerem enfaticamente que os impactos estão ocorrendo neste momento.<sup>17</sup>

- Na Índia, no estado da **Bengala Ocidental**, relatos de agricultores afirmam que atualmente há apenas três estações distintas, em vez de seis. Os invernos estão se tornando mais curtos e mornos, a primavera “desapareceu” e os verões estão mais quentes (acima de 35°C) e mais longos. Chove menos dias por ano, inclusive durante os meses das monções. Quando chega a monção, a chuva é contínua, o que significa que os agricultores não podem mais trabalhar nos campos durante uma parte do dia, como faziam antigamente.
- No **Nordeste do Brasil**, as secas estão se tornando mais longas e mais frequentes, de acordo com cientistas e agricultores. Nos últimos 30 anos, as temperaturas subiram mais de 1°C. A chuva se tornou mais esporádica, tornando mais difícil para os agricultores saber quando plantar. Quando vem, a chuva agora é mais intensa, o que pode danificar as plantações e provocar enchentes.
- No **norte do Quênia**, a seca quadruplicou nos últimos 25 anos. Comunidades nômades pastoris que vivem nas regiões áridas e semiáridas foram as mais atingidas. A seca devastadora de 2005 levou a uma perda maciça de rebanhos, reduzindo os bens já escassos dos agricultores.
- Nas áreas costeiras de **Bangladesh**, as comunidades estão enfrentando ciclones intensos, perda de terreno devido à erosão dos rios e aumento no nível do mar, e contaminação por água salgada de fontes de água doce devido às mudanças climáticas (neste contexto, as mudanças climáticas exacerbaram os riscos climáticos existentes, como ciclones e erosão dos rios). Milhares de pessoas já foram desalojadas de suas casas e fazendas devido à erosão e inundação pelo mar.
- No **Tajiquistão**, no ritmo atual de mudanças, milhares de pequenas geleiras terão desaparecido completamente até 2050, e no **Peru**, os aumentos de temperatura levaram a uma redução de 22% na área total de geleiras nos últimos 35 anos. Nos dois casos, poderia haver sérios episódios de escassez de água com o desaparecimento do gelo.



Miguelina Colque é a secretária executiva da Federação dos Trabalhadores Domésticos da Bolívia. Nesta foto, ela está em frente ao Chacaltaya, um pico que já foi a pista de esqui mais alta do mundo. Até 2015, não haverá mais neve, o que vai reduzir os suprimentos de água domésticos e para a agricultura

Outro indicador dos impactos atuais é o número de **desastres hidrometeorológicos** (essencialmente enchentes e tempestades) que ocorrem globalmente. Esses desastres estão crescendo anualmente a um ritmo de 8,4% desde 2000.<sup>18</sup> É altamente provável que as mudanças climáticas sejam uma das causas.

Os países em desenvolvimento estão especialmente em risco devido à sua menor capacidade financeira e institucional de adaptação, à grande dependência de suas economias da agricultura e da pesca, e ao fato de que os mais pobres nesses países estão mais expostos a desastres naturais em virtude de onde e como vivem.<sup>19</sup>

## Notas

- 1 <http://maps.grida.no> Fontes: Departamento de Geografia da Okanagan University College, Canadá; School of Geography, University of Oxford; Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA), Washington; Relatório 'The science of climate change' do Grupo de Trabalho 1, em *Climate Change 1995 (Mudanças Climáticas - 2007)*, Segundo Relatório de Avaliação do IPCC, IPCC, 1996.
- 2 [www.metoffice.gov.uk/climatechange/guide/keyfacts/understanding.html](http://www.metoffice.gov.uk/climatechange/guide/keyfacts/understanding.html)
- 3 Números sobre temperatura do relatório 'The physical science basis', Relatório do Grupo de Trabalho I, em *Climate Change 2007 (Mudanças Climáticas - 2007)*, Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, IPCC, 2007.
- 4 UK Met Office, [www.metoffice.gov.uk/climatechange/guide/effects/high-end.html](http://www.metoffice.gov.uk/climatechange/guide/effects/high-end.html)
- 5 'The physical science basis', Relatório do Grupo de Trabalho I, em *Climate Change 2007 (Mudanças Climáticas - 2007)*, Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, IPCC, 2007, pp.15-16.
- 6 'The physical science basis', Relatório do Grupo de Trabalho I, em *Climate Change 2007 (Mudanças Climáticas - 2007)*, Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, IPCC, 2007.
- 7 A Neftel, E Moor, H Oeschger e B Stauffer, 'Evidence from polar ice cores for the increase in atmospheric CO<sub>2</sub> in the past two centuries', *Nature*, 315 (45-47), 2 de maio de 1985, [www.nature.com/nature/journal/v315/n6014/abs/315045a0.html](http://www.nature.com/nature/journal/v315/n6014/abs/315045a0.html)
- 8 D Sprat e P Sutton, *Climate Code Red: the Case for Emergency Action*, 2008.
- 9 Consulte a análise dos dados do UK Met office por *The Guardian*, disponível no endereço: <http://www.guardian.co.uk/news/datablog/2010/mar/05/arctic-sea-ice-climate-change-visualisation>
- 10 Timothy M Lenton, Hermann Held, Elmar Kriegler et al, 'Tipping elements in the earth's climate system', *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 12 de fevereiro de 2008, 105 (6), pp1786-1793. Os autores deste trabalho estudam textos sobre diversos indicadores do aquecimento, e, em relação ao gelo marinho do Ártico, concluem que '... um limiar de perda de gelo no verão [ponto de desequilíbrio], se já não foi ultrapassado, pode estar muito próximo, e a transição pode ocorrer mesmo neste século'.
- 11 Hansen, J., Mki. Sato, P. Kharecha, D. Beerling, R. Berner, V. Masson-Delmotte, M. Pagani, M. Raymo, D.L. Royer, e J.C. Zachos, 2008, 'Target atmospheric CO<sub>2</sub>: Where should humanity aim?', *Open Atmospheric Science Journal*, 2, pp217-231.
- 12 'Mitigation of Climate Change', Relatório do Grupo de Trabalho III, em *Climate Change 2007 (Mudanças Climáticas - 2007)*, Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, IPCC, 2007. Na verdade, o IPCC considera os valores de CO<sub>2</sub>e equivalentes. O valor expressado no Quarto Relatório de Avaliação é 450 ppm de CO<sub>2</sub>, em vez de 400 ppm de CO<sub>2</sub>.
- 13 'Impacts, Adaptation and Vulnerability', Relatório de Grupo de Trabalho II, em *Climate Change 2007 (Mudanças Climáticas - 2007)*, Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, IPCC, 2007.
- 14 *Two Degrees, One Chance: The Urgent Need to Curb Global Warming*, briefing produzido por Tearfund, Christian Aid, Practical Action e Oxfam, 2007, p1.
- 15 Ibid, e M Meinshausen, 'What does a 2°C target mean for greenhouse gas concentrations? A brief analysis based on multi-gas emission pathways and several climate sensitivity uncertainty estimates,' em J S Schellnhuber, W Cramer, N Nakicenovic et al, *Avoiding Dangerous Climate Change*, Cambridge University Press, 2006. Para material mais recente, consulte Martin Parry, Jean Palutikof, Clair Hanson et al, 'Squaring up to reality', 'Nature reports climate change', [www.nature.com/climate/2008/0806/full/climate.2008.50.html](http://www.nature.com/climate/2008/0806/full/climate.2008.50.html)
- 16 Para informações sobre como essa "trajetória" de emissões foi calculada, consulte *Truly Inconvenient: Tackling Poverty and Climate Change at Once*, trabalho sobre políticas da Christian Aid, 2007.
- 17 Consulte *The human face of climate change*, relatório da Christian Aid, 2007
- 18 [www.emdat.be/Documents/Publications/Annual%20Disaster%20Statistical%20Review%202007.pdf](http://www.emdat.be/Documents/Publications/Annual%20Disaster%20Statistical%20Review%202007.pdf)
- 19 Por exemplo, habitação de má qualidade pode oferecer menos proteção durante uma tempestade ou inundação, ou o terreno onde uma pessoa pobre vive pode ser mais exposto a desastres naturais.



pela justiça climática e redobrar a pressão por ação sobre todos os governos, mas especialmente sobre os governos dos países industrializados.

Esta seção discute o que está em jogo nas discussões da ONU e é útil ler em conjunto com a seção sobre “As posições da política da APRODEV” que identifica o que as discussões poderiam oferecer em sintonia com as ideias sobre justiça climática. Detalhes sobre os eventos futuros confirmados podem ser encontrados no endereço: [http://unfccc.int/meetings/unfccc\\_calendar/items/2655.php](http://unfccc.int/meetings/unfccc_calendar/items/2655.php)

### Alguns dos principais pontos na UNFCCC são:<sup>2</sup>

- a meta geral é realizar cortes nas emissões de gases de efeito estufa com o objetivo de preservar os ecossistemas, proteger a produção de alimentos e salvaguardar o desenvolvimento sustentável (artigo 2)
- todas as partes têm o dever de buscar o objetivo do desenvolvimento sustentável (artigo 3.4)
- **todas as partes têm a responsabilidade de lidar com as mudanças climáticas, mas os países desenvolvidos têm uma responsabilidade maior devido às suas emissões historicamente mais elevadas e maior riqueza: as ações devem “estar de acordo com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas respectivas capacidades” (artigo 3.1)**
- os países desenvolvidos, chamados de Anexo 1 (consulte o quadro “Principais blocos de negociação e agrupamentos de países nas negociações da UNFCCC” abaixo), devem assumir a liderança na redução das emissões (artigos 4.2a e 3.1); e devem produzir relatórios regulares sobre seu progresso (artigo 4.2b)
- os países desenvolvidos do Anexo 2 (o Anexo 2 é um subconjunto do Anexo 1; consulte a caixa “Principais blocos de negociação e agrupamentos de países nas negociações da UNFCCC” abaixo) devem oferecer apoio financeiro aos países em desenvolvimento para que estes possam preparar “comunicações nacionais”<sup>3</sup> sobre as mudanças climáticas e empreender esforços de mitigação (artigos 4.3 e 12.1, mas consulte também o artigo 4.1 para uma descrição dos esforços de mitigação)<sup>4</sup>

- os países desenvolvidos do Anexo 2 devem “facilitar e financiar... a transferência de, e acesso a, tecnologias ecologicamente viáveis e conhecimento para as outras partes, especialmente as partes que representam países em desenvolvimento, para permiti-los implementar as provisões da convenção” (artigo 4.5)
- os países desenvolvidos do Anexo 2 “também deverão assistir as partes que representam países em desenvolvimento que sejam particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas nos custos de adaptação...” (artigo 4.4, consultar também o artigo 3.1)
- esforços de países em desenvolvimento são contingentes aos compromissos acima a serem cumpridos pelos países desenvolvidos. Além disso, “o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são prioridades principais e primordiais das partes representadas pelos países em desenvolvimento” (artigo 4.7).

O Protocolo de Quioto (assinado na COP 3 em 1997, mas que só entrou em vigor em 2005) é um adendo à UNFCCC. Ele define metas com força de lei para reduções das emissões pelos países do Anexo 1 (países não pertencentes ao Anexo 1 também podem assinar. Os Estados Unidos são o único país do Anexo 1 que ainda precisa ratificar o Protocolo de Quioto). Essas metas se resumem a uma redução média de 5% em relação aos níveis de 1990 ao longo do período de cinco anos entre 2008 e 2012: o primeiro “período de compromisso”. O secretariado da UNFCCC, com base em Bonn, na Alemanha, declara: “A principal diferença entre o protocolo e a convenção é que, enquanto a convenção encorajava os países industrializados a estabilizar as emissões de GEE, o protocolo estabelece um compromisso em relação a isso”.<sup>5</sup> As COP anuais também funcionam como a Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (onde a implementação do Protocolo de Quioto é discutida).

### Comércio de carbono

De acordo com o protocolo, os países devem atingir suas metas primariamente através de medidas internas. No entanto, um sistema de comércio internacional de cotas de emissão de carbono foi também estabelecido pelo protocolo. Cada país do Anexo 1 pode emitir GEEs em quantidade

equivalente a um número definido de unidades de emissão. Se as emissões de um país excederem as unidades permitidas para o período entre 2008 e 2012, o país pode comprá-las de um país que esteja abaixo da meta (e, portanto, tem unidades de sobra para vender). Esse tipo de comércio se passa entre os países do Anexo 1. Não é especificado no protocolo o quanto da meta do país pode ser atingido desta maneira, ele simplesmente define que as reduções devem ser principalmente domésticas.

Outro mecanismo de comércio, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), também foi definido sob o protocolo. O MDL permite que os países do Anexo 1 possam atingir algumas de suas metas de redução através do financiamento de projetos que reduzam as emissões de GEE em países em desenvolvimento (normalmente nos setores industrial e energético). De acordo com o secretariado, em 2006 o mercado global de carbono valia 30 bilhões de dólares.<sup>6</sup>

O MDL tem de uma série de problemas graves. O principal deles é oferecer aos poluidores na Europa e no resto do mundo uma brecha para evitar o corte das *suas próprias* emissões. No curto prazo, é mais fácil para empresas e países financiar projetos de energia limpa no exterior do que realizar ajustes caros na maneira como funcionam internamente. Mas é exatamente isso que precisa ser feito caso realmente venhamos a reduzir as emissões. Entre as outras falhas do mecanismo, no momento, estão as preocupações sobre quantos projetos resultam em reduções de emissões que são de fato “adicionais” (isto é, alguns projetos teriam acontecido mesmo sem o financiamento do MDL), a escala limitada desses projetos (por exemplo, raramente se trata de projetos de energia solar ou eólica), os impactos sociais e ambientais dos projetos em larga escala, e uma falta de transparência no mercado de créditos de carbono do MDL.

## Principais blocos de negociação e agrupamentos de países nas negociações da UNFCCC

**Os países do Anexo 1:** chamados assim por serem listados no Anexo 1 da UNFCCC. O Anexo 1 é uma lista dos 40 países industrializados (países desenvolvidos e economias em transição) que precisam assumir compromissos de mitigação obrigatórios.

**Os países do Anexo 2:** mencionados com menos frequência que os países do Anexo 1. O Anexo 2 é uma subdivisão do Anexo 1, listando 23 países desenvolvidos, os quais além dos compromissos de mitigação do Anexo 1 também precisam assumir compromissos de financiamento.

**Umbrella group:** uma coalizão livre entre países desenvolvidos não-europeus, incluindo os EUA, Austrália, Canadá e Japão. Frequentemente assumem o papel de bloquear as negociações.

**UE:** os 27 países da União Europeia, representados por uma presidência rotativa. Frequentemente a maior defensora entre os países desenvolvidos de compromissos de mitigação substanciais, mas atualmente relutante em relação ao compromisso em questões financeiras.

**Países fora do Anexo 1:** quaisquer países não listados no Anexo 1, essencialmente países em desenvolvimento, embora isso também inclua alguns países com renda per capita relativamente grande como Cingapura, Coreia do Sul, e muitos dos países do Golfo Pérsico.

**G77 e China:** o maior bloco único, incluindo 130 países, a maioria em desenvolvimento. Um interlocutor muito poderoso nas discussões. Particularmente preocupado com um sólido apoio financeiro e tecnológico, bem como igualdade em geral.

**AOSIS:** Aliança de Pequenos Estados Insulares. Um forte defensor das ações de mitigação pesadas, já que a própria existência de alguns países é ameaçada pelo aumento do nível dos oceanos provocado pelas mudanças climáticas.

**LDCs:** os 48 países menos desenvolvidos, de acordo com a definição da ONU. Representados nas negociações por Bangladesh. Em geral particularmente preocupados com financiamento para adaptação

**Grupo Africano:** os países africanos negociam em conjunto.

**OPEP:** o cartel dos países produtores de petróleo. Preocupados com o provável encolhimento das receitas de petróleo devido às ações contra as mudanças climáticas.

**Grupo para Integridade Ambiental:** um agrupamento de países tanto dentro quanto fora do Anexo 1, incluindo Suíça, Coreia do Sul e México. Dispostos a pressionar por um acordo efetivo e bem-sucedido.

Observação: Alguns países são membros de mais de um grupo.

da APRODEV"). O fundo mais importante politicamente no momento é o Fundo de Adaptação. Esse fundo entrou em operação em 2009, embora não esteja ainda desembolsando dinheiro. Ele recebe financiamento através de uma cobrança sobre os proventos do MDL (essa taxa será de 2% sobre o valor monetário das unidades de redução de emissões estabelecido para um projeto do MDL). Em 2007, foi criado um Conselho para administrar o Fundo de Adaptação, que responde diretamente à COP. O fundo e o conselho têm organizações diferentes dos outros fundos de adaptação da UNFCCC, que deveria dar aos países em

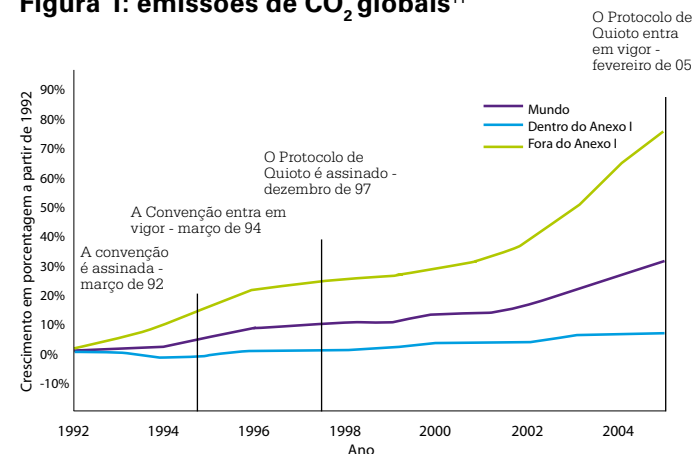
desenvolvimento mais voz nas decisões sobre como o dinheiro do fundo será gasto.<sup>7</sup>

A COP 7 também definiu orientações para os Programas de Ação para Adaptação Nacional (NAPAs). Esses documentos são uma oportunidade para os países menos desenvolvidos (LDCs, na sigla em inglês) identificarem as prioridades mais urgentes para a adaptação. Até o momento, 44 LDCs enviaram NAPAs à ONU.<sup>8</sup>

## Avaliação do progresso desde 1992

Faz 17 que houve a conferência no Rio, ainda assim os países ainda não realizaram ações decisivas para evitar o aquecimento global. Como mostra a figura 1 (abaixo), as emissões globais de CO<sub>2</sub> cresceram aproximadamente um terço entre 1992 e 2005.<sup>9</sup>

Figura 1: emissões de CO<sub>2</sub> globais<sup>11</sup>



O Protocolo de Quioto pelo menos proporcionou um quadro de medidas legais sob as quais os países têm o compromisso de reduzir as emissões. No entanto, **suas metas ainda são muito fracas para provocar um impacto significativo no aquecimento global e aparentemente elas não serão atingidas por diversos países com altos níveis de emissão**, incluindo Japão, Canadá e Austrália. Além disso, os EUA – o segundo maior emissor de CO<sub>2</sub> do mundo – ainda não ratificou o tratado, e as penalidades para os países que não atinjam suas metas ainda precisam ser definidas.



Christian Aid / Amanda Farant

Campanha na cúpula de Copenhague em dezembro de 2009: Mohamed Adow e Nelson Muffuh da Christian Aid encontram-se com Hon Awudu Mbaya, presidente da rede de Parlamentares Panafricanos sobre as mudanças climáticas, para tentar influenciar a estratégia da África nas discussões sobre o clima

Muitos países da União Europeia (UE) estão no caminho certo para atingir suas metas de Quioto, e na verdade alguns já as alcançaram. No entanto, outros países da EU ainda estão muito longe, e a EU como um todo provavelmente só vai atingir sua meta compulsória de 8% de redução através da compra de créditos do comércio de emissões, o MDL, e através do plantio de florestas para absorver carbono.<sup>10</sup>

O que já está claro é que serão necessários cortes muito mais profundos – indo muito além das metas de Quioto em vigor – se quisermos impedir um aquecimento global mais perigoso. Metas obrigatórias mais duras (e o seu cumprimento) para os países do Anexo 1 também inspirariam confiança entre os governos dos países em desenvolvimento a respeito das intenções do Hemisfério Norte de ir além de “continuar como está”. Apesar dos compromissos assumidos na UNFCCC, muito pouca assistência financeira foi fornecida aos países em desenvolvimento para mitigação e adaptação, e o progresso da transferência de tecnologia tem sido lento. Também há uma preocupação considerável de que o comércio de

carbono esteja meramente atrasando os custosos, mas mesmo assim urgentemente necessários, cortes nas emissões das economias desenvolvidas. **Um vácuo de credibilidade surgiu portanto entre a retórica dos governos – ansiosos para convencer seus públicos de que ações firmes foram adotadas em relação às mudanças climáticas – e a realidade.**

### De Bali a Copenhague

**O fracasso dos países desenvolvidos no cumprimento das suas obrigações legais de liderar os esforços contra as mudanças climáticas deixou o mundo em uma situação perigosa.** As conclusões mais recentes da ciência dizem que as emissões devem atingir o seu auge nos próximos seis anos para termos uma chance de evitar mudanças climáticas catastróficas. O mundo já está esquentando, com impactos negativos visíveis nas comunidades mais pobres.

Quando soou o alarme sobre o aquecimento global, os países voltaram à mesa de negociações em Bali, na Indonésia, no final de 2007, para acertar o início de uma nova rodada de negociações. Essas negociações vieram através do Plano de Ação

### Plano de Ação de Bali

Em Bali, em 2007, foi acordado que seriam seguidos dois caminhos de negociação para que se chegasse a um acordo pós-2012:

- Negociações sobre quais ações globais de longo prazo precisam ser realizadas (inclusive por países não comprometidos com o Protocolo de Quioto, por exemplo os EUA e as maiores economias emergentes), quais financiamentos os países em desenvolvimento poderão ter acesso e quais mecanismos devem ser usados para disponibilizar esses recursos. Esse caminho foi chamado “Ação Cooperativa de Longo Prazo” (LCA, na sigla em inglês).
- Negociações sobre um novo período de compromisso sob o Protocolo de Quioto com novas metas de redução de emissões pós-2012.

Essa fórmula permitiu que as negociações continuassem sobre novos compromissos sob Quioto, ao mesmo tempo em que incluíam ações pelos EUA, que não assinaram Quioto, e lidavam com outras áreas onde há falta de ação, como financiamentos para países em desenvolvimento.

Mas ao longo de 2009, houve controvérsia sobre se deveriam ser assinados dois acordos diferentes – para a LCA e uma extensão de Quioto (a preferência da maioria dos países em desenvolvimento) – ou se um único acordo era necessário (a preferência dos Estados Unidos, e apoiado pela maioria dos países desenvolvidos).

No fim, é claro, nenhum acordo foi feito na COP 15, mas essa questão da relação futura de um novo acordo com os tratados atuais da ONU continua.

de Bali, que pedia às partes para “urgentemente melhorar a implementação da Convenção” (ver quadro). Foi uma grande vitória para os negociadores dos países em desenvolvimento,

## O Acordo de Copenhague

Os principais componentes do Acordo de Copenhague incluem:

- Uma referência à importância da manutenção de um aquecimento inferior a 2°C, e potencialmente rever e fortalecer esse limite de acordo com descobertas científicas.
- Compromissos específicos de cortes de emissões para atingir essa meta devem ser enviados por países (desenvolvidos e em desenvolvimento) individualmente.
- A importância de “medir, relatar e verificar” as etapas de mitigação por todos os países e os esforços de financiamento pelos países desenvolvidos. Isso inclui um comprometimento significativo pelos países em desenvolvimento em relação à fiscalização internacional de suas ações internas.
- A importância de reduzir as emissões por desmatamento foi enfatizada.
- O chamado para uma cooperação internacional maior para a adaptação.
- A importância de financiamento adequado, previsível

e confiável de países desenvolvidos aos países em desenvolvimento para a adaptação. Assistência direcionada particularmente aos países menos desenvolvidos, pequenas nações insulares e África.

- Os países desenvolvidos vão fornecer aos países em desenvolvimento fundos para adaptação e mitigação “chegando a US\$ 30 bilhões no período entre 2010 e 2012”. Há também a meta de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020.
- O estabelecimento do "Fundo verde" de Copenhague para o Clima, através do qual uma parte desses fundos será canalizada.
- O estabelecimento de um Painel de Alto Nível para explorar possíveis fontes de renda.

Ainda não está claro como muitas dessas metas serão atingidas, já que o acordo tem pouco, ou nenhum, status legal internacional para definir novas instituições e sistemas.

Para informações sobre as respostas de diferentes países ao Acordo de Copenhague, visite: <http://unfccc.int/home/items/5262.php>

já que muitos países industrializados queriam renegociar completamente a convenção e o Protocolo de Quioto.

As discussões do Plano de Ação de Bali foram agendadas para terminar em Copenhague em dezembro de 2009, para que os países desenvolvidos tivessem tempo de adotar novas metas sob o Protocolo de Quioto em 2012, quando as primeiras metas terminarão. No entanto, esses dois anos de negociações de Bali a Copenhague foram tensos e conflituosos. Embora os EUA tenham entrado novamente nas negociações depois de anos de recusa a aceitar a necessidade da ação internacional em relação às mudanças climáticas, o país ainda

não está disposto a ações apropriadas ao seu tamanho e riqueza. Da mesma maneira, a maioria dos países desenvolvidos estão relutantes em assumir metas de redução de emissões adequadas e argumentam que países como Índia e China também deveriam assumir compromissos com força de lei, depositando o fardo da ação nos países em desenvolvimento.

Um acordo desse tipo não levaria em conta adequadamente os diferentes níveis de desenvolvimento e responsabilidade histórica pelas mudanças climáticas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como era de se esperar, os países em desenvolvimento se opuseram fortemente

às exigências dos países ricos, e pressionaram para que estes concordassem com metas novas e mais duras do que Quioto para um segundo período de definição de compromissos e proporcionassem financiamento adequado para apoiar as ações dos países em desenvolvimento. No final, Copenhague fracassou no intuito de alcançar um acordo e o resultado final foi uma declaração política frágil denominada “O Acordo de Copenhague”, delineado em negociações de bastidores entre um pequeno grupo de chefes de estado e governo.

A intenção era que esse acordo fosse adotado e endossado por uma decisão da COP. No entanto, a natureza exclusiva e o mandato questionável desses acordos de bastidores resultaram em um acordo sem o suporte de todas as partes e alguns países em desenvolvimento se opuseram a ele quando as negociações formais foram reiniciadas. O resultado foi que a conferência apenas “observou” e não endossou oficialmente o Acordo de Copenhague. As partes da UNFCCC têm a permissão de “associar-se” ao acordo, e muitas o fizeram, mas muitas outras não.

Já que não foi adotado pela COP, o status legal exato do acordo não está claro, e os países em desenvolvimento argumentam que as negociações deveriam prosseguir com base no Plano de Ação de Bali, e não no acordo. A maioria dos países em desenvolvimento, se não todos eles, está profundamente infeliz com o acordo, mas alguns o enxergam como o único caminho para seguir em frente e o apoiaram com base somente nessa crença.

## Enxergando além de Copenhague

Com o fracasso de Copenhague, há mais urgência do que nunca de uma solução justa e efetiva para as mudanças climáticas. O mundo mudou desde que Quioto foi assinado em 1997, e os países ricos não podem esperar que ainda detenham o poder de ordenar os termos aos países em desenvolvimento da maneira como fizeram anteriormente.

Parte da nova realidade é que as negociações terão que resolver um dilema aparentemente intratável: **os países em desenvolvimento precisam de uma margem para aumentar suas emissões nas próximas décadas como parte de sua estratégia de desenvolvimento, mas a ciência nos diz que as emissões no Hemisfério Sul também terão**

que ser cortadas no futuro, se quisermos evitar o aquecimento mais perigoso. As emissões na China, no Brasil e na África do Sul e outras economias emergentes aumentaram substancialmente em anos recentes (por exemplo, a China ultrapassou os EUA como o maior emissor de CO<sub>2</sub>, embora, é claro, ela também possua a maior população do mundo).<sup>13</sup>

Portanto, um quadro de ações precisa ser acordado, através de discussões internacionais, que permita que o fardo de emissões globais seja compartilhado de maneira justa, de acordo com o princípio da convenção de "responsabilidade comum mas diferenciada". Tal quadro de ações – os "Greenhouse Development Rights" (Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa) – é apresentado na próxima seção nas posições da política da APRODEV.

## Notas

- 1 [http://unfccc.int/essential\\_background/convention/items/2627.php](http://unfccc.int/essential_background/convention/items/2627.php)
- 2 <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>
- 3 Comunicações nacionais são relatórios dos governos contendo informações sobre as emissões nacionais de GEE (incluindo divisões setoriais) e as medidas tomadas pelo país no combate à mudança climática.
- 4 O quanto do custo das medidas de mitigação deve ser financiado não está claro no texto da convenção: o texto simplesmente determina que os países desenvolvidos devem assumir "os custos incrementais completos da implementação das medidas cobertas no parágrafo 1 deste artigo".
- 5 [http://unfccc.int/kyoto\\_protocol/items/2830.php](http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php)
- 6 [http://unfccc.int/kyoto\\_protocol/mechanisms/items/1673.php](http://unfccc.int/kyoto_protocol/mechanisms/items/1673.php)
- 7 O fundo será administrado pelo Conselho do Fundo de Adaptação e não pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), como é o caso dos outros fundos. Também se espera que as contribuições realizadas pelos países desenvolvidos sejam obrigatórias, seguindo a fórmula "responsabilidade e capacidade", e portanto não sejam voluntárias.
- 8 [http://unfccc.int/adaptation/least\\_developed\\_countries\\_portal/submitted\\_napas/items/4585.php](http://unfccc.int/adaptation/least_developed_countries_portal/submitted_napas/items/4585.php)
- 9 O maior crescimento aconteceu de fato nos países fora do



Membros da Aliança Pan-Africana por Justiça Climática (PACJA, na sigla em inglês) se juntam a membros da campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" dentro das discussões da ONU para exigir que os países ricos se comprometam com mais financiamentos para ajudar os países pobres a se adaptar às mudanças climáticas

Anexo 1. Isso reflete o crescimento econômico rápido e recente nas economias emergentes na Ásia e na África. No entanto, as emissões no mundo desenvolvido também não caíram nesse período, apesar da divisão desproporcional das emissões globais (em relação ao tamanho das populações).

10 <http://news.bbc.co.uk/1/hi/sci/tech/4112743.stm>  
[www.davidsuzuki.org/files/climate/cop/Meeting\\_Kyoto\\_Targets.pdf](http://www.davidsuzuki.org/files/climate/cop/Meeting_Kyoto_Targets.pdf)  
[www.eea.europa.eu/pressroom/newsreleases/eu-15-on-target-for-kyoto-despite-mixed-performances](http://www.eea.europa.eu/pressroom/newsreleases/eu-15-on-target-for-kyoto-despite-mixed-performances)

- 11 Climate Analysis Indicators Tool (CAIT), World Resources Institute.
- 12 [http://unfccc.int/files/meetings/cop\\_13/application/pdf/cp\\_bali\\_act\\_p.pdf](http://unfccc.int/files/meetings/cop_13/application/pdf/cp_bali_act_p.pdf)
- 13 Administração de Informações Ambientais, Departamento de Energia dos EUA.

Este kit de ferramentas é uma iniciativa da campanha "É hora de justiça climática" da APRODEV. APRODEV é a associação das 17 maiores organizações de desenvolvimento e ajuda humanitária da Europa, que trabalham junto ao Conselho Mundial de Igrejas. Entre os seus membros, encontram-se: Igreja da Suécia, Diakonia, Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA), DanChurch Aid, Finn Church Aid, ICCO, EED, Brot für die Welt, Bread for All e Christian Aid.

## 3. POSIÇÕES DA POLÍTICA DA CAMPANHA "É HORA DE JUSTIÇA CLIMÁTICA" DA APRODEV



### Índice

[Uma visão por um resultado equitativo e ambicioso das discussões da ONU](#)

[Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa](#)

[Sequenciamento: A questão Índia e China](#)

[O financiamento de ações em países em desenvolvimento](#)

[Adaptação: avaliando a escala do desafio](#)

**Esse kit de ferramentas foi escrito pela Christian Aid em nome da campanha "É hora de justiça climática" da APRODEV por um acordo global justo e ambicioso que resolva os problemas das mudanças climáticas. APRODEV reúne seus membros em torno de uma plataforma de valores fortemente compartilhados.**

### [Uma visão por um resultado equitativo e ambicioso das discussões da ONU](#)

#### **Ações urgentes para interromper as mudanças climáticas**

1. Todos os países precisam reconhecer a necessidade urgente de agir para manter o aquecimento global o mais abaixo possível de 2°C, e isso deve ser feito de maneiras que respeitem o direito de desenvolvimento das comunidades pobres.
2. Qualquer acordo internacional justo precisa reconhecer que a adaptação aos impactos do clima nos países pobres é tão importante quanto

evitar mudanças climáticas futuras, e precisa ainda assegurar que o apoio dos países ricos para a adaptação cresça consideravelmente.

3. Os países industrializados precisam se comprometer com cortes de pelo menos 40% abaixo dos níveis de 1990 em suas emissões de carbono até 2020 e pelo menos 80% até 2050, com reduções a serem obtidas dentro desses países e não contabilizadas através do comércio de carbono.
4. Os países ricos e industrializados precisam fornecer financiamentos e transferência de tecnologia substanciais para apoiar e incentivar o desenvolvimento com pouca emissão de carbono nos países em desenvolvimento. Por sua vez, os países em desenvolvimento precisam usar esses recursos de maneira efetiva e justificável, e se comprometer com o desenvolvimento sustentável.

## O financiamento de ações contra as mudanças climáticas em países em desenvolvimento

5. As nações ricas têm que disponibilizar pelo menos US\$ 150 bilhões por ano para pagar a sua dívida climática e apoiar o desenvolvimento com baixa emissão de carbono e adaptação aos impactos do clima em países em desenvolvimento.
6. O financiamento para países em desenvolvimento deve vir de fontes substanciais, confiáveis, previsíveis e sustentáveis, e devem ser adicional à assistência oficial para o desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês) e aos acordos do mercado de carbono.
7. Tal financiamento deve ser responsável e bem governado, e estar sob a autoridade da UNFCCC como um todo. Por essas e outras razões, o Banco Mundial não é um canal apropriado para tal financiamento.

## Colocar os pobres em primeiro lugar

8. A tecnologia (e a capacidade de desenvolvê-la), que pode ajudar o desenvolvimento com baixa emissão de carbono e a adaptação, precisa ser compartilhada com as nações mais pobres.
9. As medidas de adaptação precisam ser fornecidas para permitir que as comunidades tenham controle sobre seu próprio futuro, e reduzam sua vulnerabilidade a desastres.
10. Os esforços para diminuir o desmatamento em países em desenvolvimento precisa respeitar os direitos e práticas das comunidades indígenas e locais e estar alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável.
11. O MDL é cheio de falhas e requer uma revisão completa para que possa ter um papel significativo na luta contra as mudanças climáticas. Qualquer sistema de mercado de carbono precisa assegurar que as atividades geradoras de crédito sejam acréscimos a ações em países em desenvolvimento e que os fluxos de financiamento resultantes apoiem ao invés de prejudicar os esforços de desenvolvimento sustentável.

## Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa

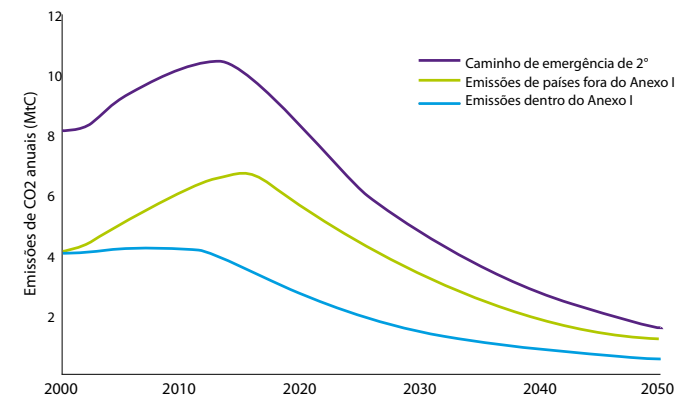
Na seção “A ciência e os impactos”, discutimos por que era tão essencial interromper o aquecimento global antes que ele ultrapasse o limiar de 2°C. Explicamos que isso iria exigir que atingíssemos o ponto máximo de emissões até 2015, uma volta aos níveis de 1990 até 2020, e uma redução de aproximadamente 80% em relação aos níveis de 1990 até 2050. Um dos principais dilemas no debate das mudanças climáticas é que as economias emergentes do Hemisfério Sul vão precisar estabilizar e depois reduzir suas emissões nas próximas décadas se quisermos que essas metas globais sejam atingidas. Mas esses países ainda têm populações significativas de pobres, e nenhum país conseguiu tirar seu povo da pobreza sem aumentar suas emissões.

Esse problema é ilustrado claramente na figura 1 abaixo. A linha roxa mostra um caminho de estabilização de emergência a 2°C, como descrito acima. A linha azul mostra as reduções de emissões mais duras que podem ser impostas aos países industrializados (países do Anexo 1 no jargão das convenções de clima) - uma queda imediata levando a uma redução de 90%. No entanto, por subtração, isso significa que os outros países - incluindo os países em desenvolvimento - estão sujeitos às restrições da linha verde.

A APRODEV, com seus parceiros de pesquisa, apoia o desenvolvimento de um quadro de ações chamado Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa (GDRs, na sigla em inglês)<sup>2</sup> que mostra uma maneira de dividir os cortes de modo justo. Os GDRs usam os princípios primordiais da UNFCCC de responsabilidade comum mas diferenciada e capacidade de decidir com o quanto cada país deve contribuir para o esforço global.

A APRODEV acredita firmemente que os países muito pobres (como aqueles incluídos na categoria “menos desenvolvidos” da ONU) deveriam focar sua atenção e recursos em suprir as necessidades de desenvolvimento de seus povos, especialmente à medida em que os impactos das mudanças climáticas crescem. Na proposta dos GDRs, eles não precisariam pagar um preço alto para lidar com as mudanças climáticas.

Figura 1: caminho para estabilização de emergência em 2°C, para países dentro e fora do Anexo 1<sup>1</sup>

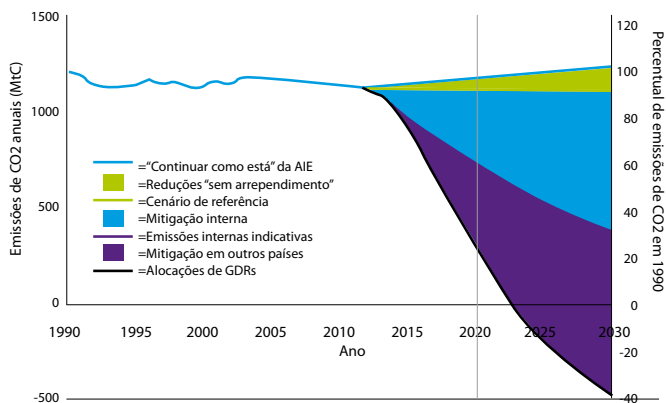


É claro, a abordagem dos GDRs tira uma espécie de instantâneo com base nos dados de um momento em particular. Isso pode ser projetado no futuro para mostrar o quanto a posição de um país no RCI pode mudar as previsões seguintes de crescimento e emissões. Para regiões e países selecionados, a tabela 1 mostra o cálculo do índice de “capacidade” e “responsabilidade” para cada país que, combinados, formam o índice de responsabilidade/capacidade ou RCI para 2010. O RCI foi então projetado para prever o RCI para 2020 e 2030, para mostrar a natureza cambiável do índice com o tempo.

Em 2010, a tabela mostra que o RCI para ação global contra as mudanças climáticas é de 33,1% para os EUA e 25,7% para a UE. Ao todo, 77,4% da capacidade e responsabilidade de agir está nas mãos das nações ricas e 22,4 com países de renda média. Os países de baixa renda quase não têm responsabilidade sobre as mudanças climáticas.

Para os países industrializados, suas altas classificações no índice mostram claramente o que precisa ser feito. Eles devem não apenas cortar suas emissões domésticas drasticamente, mas também contribuir para o que é exigido globalmente, assumindo uma parcela do esforço com a qual os países com classificação mais baixa não podem arcar. Esse também é o caso em

**Figura 2: A responsabilidade da UE de acordo com os GDRs**



A trajetória de ficar-como-está da UE, trajetória de referência, obrigação de mitigação e alocação de emissões. Além das suas reduções sem arrependimento (curva verde), as obrigações de mitigação da UE incluem reduções domésticas (curva azul, mostrando as reduções atingindo um ritmo anual de declínio de 6%) e reduções internacionais (curva roxa), que, juntas, cumprem as obrigações de mitigação da UE

relação ao pagamento dos custos de adaptação às mudanças climáticas.

A figura 2 mostra a responsabilidade em relação aos GDRs da União Europeia (UE) para ações internas e para financiamento de cortes de emissões em outros países. Observe que os cortes de emissões “no regrets” (“sem arrependimento”) são ações de mitigação que não têm custo líquido ou um benefício econômico geral, como a eficiência energética. A figura mostra que até 2020, a UE precisa ter cortado suas emissões em 40% em relação aos níveis de 1990, e disponibilizado fundos para cortes equivalentes em países em desenvolvimento. O caminho mostrado no gráfico direciona a UE para um corte nas emissões internas de mais de 80% até 2050.

### Sequenciamento: A questão Índia e China

Parte da dificuldade em se obter um acordo global tem sido a questão da escala de ação que novas economias emergentes como a China, Índia e África do Sul deveriam assumir. Boa parte do impasse nas negociações da UNFCCC tem sido sobre a exigência por parte de alguns países industrializados de que os

## Explicação dos Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa (GDRs)

Os GDRs são um meio de compartilhar o esforço global necessário para arcar com as exigências do caminho de emergência indicado na figura 1, de acordo com os princípios de igualdade da UNFCCC.

Os países são classificados de acordo com um índice que decide que porcentagem do esforço global eles devem assumir. O lugar de cada país no índice é determinado de acordo com medidas claramente explicadas de responsabilidade e capacidade.

Um fator a ser levado em consideração seriam os níveis de pobreza de um país. Aqueles com maior proporção de sua população com renda abaixo de US\$ 7.500 por ano vão arcar com uma porcentagem menor do esforço global a ser feito.

A responsabilidade é calculada medindo-se as emissões totais “cumulativas” de cada país desde 1990, quando a UNFCCC foi criada e o primeiro relatório de avaliação do IPCC foi publicado. Para cada país, uma parte de suas emissões – identificadas como “emissões básicas de sobrevivência”, abaixo do limiar de desenvolvimento – são retiradas da cota total de responsabilidade. As “emissões básicas de sobrevivência” são emissões a partir de atividades como cozinhar e aquecer a casa, que proporcionam um padrão de vida mínimo básico.

países grandes em desenvolvimento recentemente industrializados assumam responsabilidades por seus cortes de emissões ao lado dos países do Anexo 1. Do mesmo modo, os países grandes em desenvolvimento têm relutado em discutir mitigações nos seus próprios índices ascendentes de emissões enquanto que os países industrializados, em especial os EUA, não fizeram qualquer corte significativo nos seus níveis de emissões ou disponibilizaram níveis suficientes de financiamento ou transferência de tecnologia para apoiar a mitigação nos países em desenvolvimento, como determinado pelos compromissos da UNFCCC. Isso é conhecido como o problema do sequenciamento, isto é, quem deve agir primeiro, e quanto?

A capacidade é, com alguma controvérsia, o fator mais importante para determinar a quantidade de esforço que um país precisa assumir. Nos GDRs, ela é calculada usando dados de renda nacional per capita, ajustados para refletir as diferenças no poder de compra e desigualdade de um país para o outro. Ela reflete a possibilidade que cada país tem para pagar pela mitigação e adaptação ao clima. Esses dados são usados para gerar um total de capacidade mas, novamente, apenas acima do limiar de desenvolvimento.

Os maiores países em desenvolvimento, como a Índia, onde ainda há grandes quantidades de pessoas pobres, junto com bolsões de riqueza crescentes, teriam que arcar com parte das suas próprias medidas, tanto para reduzir as emissões quanto para adaptar-se às mudanças climáticas. É por isso que o cálculo da capacidade inclui um ajuste para a desigualdade entre países; de modo geral, quanto mais desigual é um país, mais ele terá que pagar em reconhecimento à sua riqueza disponível.

Combinando o cálculo de responsabilidade e o de capacidade é possível desenvolver o índice de responsabilidade e capacidade (RCI), como detalhado na tabela 1.

Ainda há um alto nível de desconfiança política entre os grandes países industrializados e as novas economias emergentes dentro das negociações. Será necessário administrar um processo de construção de confiança para unir os dois lados, com cada um precisando cumprir etapas para inspirar confiança no outro, no sentido de estar comprometido com o sucesso das negociações.

Os GDRs proporcionam um quadro de trabalho simples e baseado na igualdade, dentro do qual o nível de compartilhamento de esforços entre os países ricos, os de economia média e os pobres possa ser comparado. Isso mostra que os maiores países em desenvolvimento devem assumir alguma responsabilidade pelas ações relativas às mudanças

**Tabela 1: Resultados de GDR para países e grupos representativos**

**Resultados de GDR para países e grupos representativos**

					2010	2020	2030
	População	PIB	Capacidade	Responsabilidade	RCI	RCI	RCI
<b>Estados Unidos</b>	4,5	20,9	29,7	36,4	33,1	29,1	25,4
<b>UE (27)</b>	7,3	22,4	28,8	22,6	25,7	22,8	19,6
<b>Alemanha</b>	1,2	4,2	5,6	5,3	5,5	4,7	4,0
<b>China</b>	19,7	11,7	5,8	5,2	5,5	10,4	15,3
<b>Índia</b>	17,2	4,9	0,7	0,3	0,5	1,2	2,3
<b>África do Sul</b>	0,7	0,7	0,6	1,3	1,0	1,1	1,2
<b>LDCs:</b>	11,7	1,5	0,11	0,04	0,07	0,1	0,12
<b>Anexo 1</b>	18,7	58,3	75,8	78	76,9	69,0	60,9
<b>Não pertencentes ao Anexo 1</b>	81,3	41,7	24,2	22	23,1	31,0	39,1
<b>Alta renda</b>	15,5	56,9	76,9	77,9	77,4	69,3	61,1
<b>Renda média</b>	63,3	39,7	22,9	21,9	22,4	30,4	38,5
<b>Baixa renda</b>	21,2	3,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,5
<b>Total global</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Porcentagens da população global total, Produto Interno Bruto (PIB), capacidade, responsabilidade, e RCI para os países e grupos de países selecionados, com base nas emissões projetadas para 2010, 2020 e 2030 (LDC: países menos desenvolvidos)

climáticas. Por exemplo, a tabela 1 mostra claramente que entre 2010 e 2030, sob a análise dos GDRs, a China vai ser tornar responsável por uma parcela crescente de cortes de emissões, passando de um RCI de 5,5% em 2010 para um RCI de 15,3% em 2030. Pelos cálculos dos GDRs, a China vai, ao longo do tempo, ter que assumir obrigações crescentes de mitigação. Isso implicaria em uma mudança significativa em como a UNFCCC administra os países fora do Anexo 1, incluindo a China, que atualmente não tem metas obrigatórias.

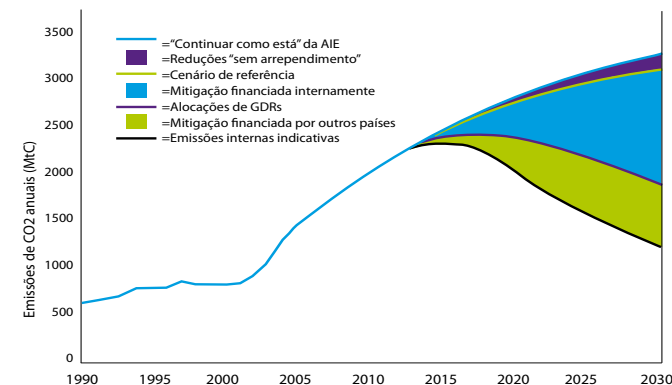
No entanto, a análise dos GDRs mostra que, em curto prazo, os países industrializados têm a maior responsabilidade histórica e capacidade de responder às mudanças climáticas. Eles precisam

estabelecer metas e medidas realmente ambiciosas de mitigação, além de propostas de cooperação financeira e tecnológica significativas para permitir o desenvolvimento limpo e a redução da emissão de carbono nos países em desenvolvimento.

**O financiamento de ações em países em desenvolvimento**

Como foi discutido acima, no momento é inegável que, para lidar com as mudanças climáticas, será necessário estabelecer cortes significativos nas emissões nos países em desenvolvimento maiores e mais industrializados. Além disso, o custo de adaptação aos impactos das mudanças climáticas deve ser assumido por países mais ricos e poluentes. Essa transferência de fundos e

**Figura 3: Emissões da China incluindo mitigação financiada por outros países**



A curva verde representa a mitigação adicional às obrigações da China, necessária para reduzir as emissões da China de maneira consistente com um caminho de emergência de 2°C

de tecnologia não pode ser vista como parte de uma ajuda internacional ao desenvolvimento de outros países, mas como o custo para os países industrializados de suas responsabilidades pelas mudanças climáticas.

É essencial que novos fundos para ações contra as mudanças climáticas não sejam retirados de dinheiro adicional alocado à ODA para atingir as Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e medidas de redução da pobreza, mas sejam acrescentados aos compromissos de ajuda existentes, como a meta de destinar 0,7% da PIB (Produto Interno Bruto).

Os financiamentos que operam fora da autoridade da UNFCCC, através de outras fontes, como os recém-criados Fundos de Investimento do Clima no Banco Mundial, não devem ser considerados como parte da contribuição de um país.

De fato, APRODEV acredita que o Banco Mundial não deve ter um papel na administração dos financiamentos relativos ao clima, devido ao seu histórico ruim em relação ao meio ambiente, sua falta de compromisso com os países em desenvolvimento, suas ações em forma de empréstimos ao invés de doações, e seu passado



Mulheres ajudam a reforçar o leito de um canal em Kandi, na Índia central, que está sendo ampliado e aprofundado para evitar enchentes

de imposição de condições econômicas.

Estimativas do quanto irá custar a contenção das mudanças climáticas efetivamente, tanto em termos de adaptação aos novos padrões climáticos quanto de redução da dependência de energia emissora de carbono, variam mas são consistentemente grandes. A UNFCCC calcula que, apenas para retornar as emissões globais aos níveis de 2007 em 2030, custaria US\$ 380 bilhões por ano. Em 2007, o respeitado economista Sir Nicholas Stern disse que responder às mudanças climáticas iria custar aproximadamente 1% do produto doméstico do mundo. Em 2008 ele revisou esse número para cima, com base em novas evidências científicas, para 2% (na casa do US\$ 1,2 trilhão por ano). No entanto, a lógica da revisão de Stern põe essas somas enormes em contexto, porque Stern estimou que o custo de não

fazer nada a respeito das mudanças climáticas custaria entre 5% e 20% do Produto Interno Bruto mundial ou mais. Lidar com as mudanças climáticas vai ser caro, mas será financeiramente possível e vai custar apenas uma fração do que custaria não lidar com o problema.

Os custos estimados (pela ONU, Oxfam, Stern e outras fontes) de adaptação apenas em países em desenvolvimento estão na casa dos US\$ 50 a 100 bilhões por ano. O financiamento total empenhado por doadores multilaterais e bilaterais para adaptação até 2007 estava na casa dos US\$ 450 milhões, menos de 1% do que é necessário. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas também afirmou em seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007/08 que, na metade de 2007, apenas US\$ 26 milhões em financiamento haviam sido entregues sob os três fundos de adaptação

operacionais da UNFCCC (o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos, o Fundo Especial para as Mudanças Climáticas e o fundo Prioridade Estratégica de Adaptação).

Uma variedade de medidas inovadoras de geração de renda – como um imposto sobre viagens aéreas internacionais ou transações financeiras globais, ou o leilão de licenças de comércio de emissões nos países ricos – poderia ser usado para arcar com esses custos.

### Adaptação: avaliando a escala do desafio

A adaptação às mudanças climáticas vai exigir investimentos substanciais em recursos humanos e infraestrutura. Os impactos serão sentidos por pessoas em áreas rurais e urbanas no mundo em desenvolvimento. Alguns exemplos de medidas adaptativas são:

- melhorias nas defesas fluviais e marinhas
- novos projetos (sustentáveis) de coleta de água e irrigação.
- melhores políticas de administração de água
- a ampliação de serviços de extensão para auxiliar os agricultores com técnicas de administração do solo, sementes e água adaptadas aos novos padrões climáticos
- o plantio de safras resistentes a enchentes, seca e salinidade
- serviços meteorológicos e de coleta de dados aperfeiçoados
- estratégias aperfeiçoadas de preparação contra desastres
- ação de infraestrutura pública e moradias
- ações para salvaguardar a saúde pública
- programas de reflorestamento.

As agências da APRODEV acreditam que é necessário criar um mecanismo global, sob a autoridade da ONU, para desembolsar fundos de grande escala para adaptação em os países em desenvolvimento, conforme a necessidade de cada um. Também terá que haver provisões em nível nacional para coordenar o financiamento internacional em questões de clima, já que é provável que ele venha de muitas fontes diferentes: por exemplo, fundos da UNFCCC, orçamentos de ajuda dos países desenvolvidos, bancos de desenvolvimento multilaterais e ONGs internacionais.

Um mecanismo essencial que já existe é um Fundo de Adaptação da UNFCCC. A maior parte do dinheiro deste fundo deve ser transferida diretamente a governos para a implementação de trabalhos de adaptação. É essencial que as subvenções para adaptação sejam distribuídas de modo justo a comunidades pobres através de planos nacionais que usem um mecanismo de financiamento flexível e acessível.

### **Necessidade de novas abordagens**

Para administrar os impactos das mudanças climáticas e os fundos que devem funcionar para ajudar a lidar com elas, os sistemas de governo em países em desenvolvimento também terão que mudar. A adaptação e a redução do risco de desastres precisarão alcançar mais áreas de políticas de governo, fora dos limites que elas atualmente ocupam, em ministérios de desenvolvimento e administração de desastres. Alguns dos setores

mais importantes afetados são agricultura, pesca, moradia, água, transporte e comunicações, serviços meteorológicos e saúde pública.

A sociedade civil terá um papel importante, monitorando e influenciando todas essas políticas, para que os esforços de adaptação possam ser controlados da melhor maneira possível por populações vulneráveis. Um exemplo imediato será o fortalecimento do papel da sociedade civil no desenvolvimento e implementação de NAPA e planos nacionais similares.

Assegurar que a adaptação às mudanças climáticas esteja enraizada nas prioridades e necessidades de sustento dos mais vulneráveis aos seus impactos, exigirá um entendimento explícito do conhecimento local sobre o clima em mudança, seu impacto no sustento das populações, e as respostas sustentáveis apropriadas. Por exemplo, no setor agrícola, a comunidade científica precisará

trabalhar com pequenos agricultores para ajudá-los a desenvolver novas técnicas de adaptação (consulte também “Coleta de provas” na seção “A facilitação da defesa do hemisfério sul e campanhas sobre as mudanças climáticas”).

### **Notas**

- 1 Paul Baer, Tom Athanasiou, Sivan Kartha e Erik Kemp-Benedict, *The Right to Development in a Climate Constrained World: The Greenhouse Development Rights Framework*, EcoEquity and Stockholm Environment Institute, Segunda Edição, setembro de 2008.
- 2 Uma descrição completa dos GDRs pode ser encontrada em *The Right to Development in a Climate Constrained World: The Greenhouse Development Rights Framework*. Consulte a referência acima.
- 3 As categorias para países de alta, média e baixa renda são baseadas nas definições do Banco Mundial. Projeções baseadas em *World Energy Outlook*, Agência Internacional de Energia, 2007.

# TIME FOR CLIMATE JUSTICE

## 4. CAMPANHA "É HORA DE JUSTIÇA CLIMÁTICA"



Pelo menos 50.000 pessoas foram a Londres em 5 de dezembro de 2009 para demonstrar seu apoio a um acordo justo e ambicioso na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em Copenhague

Christian Aid / Rachel Stevens

### Índice

[A campanha internacional por justiça climática](#)

[A campanha "Contagem Regressiva para Copenhague"](#)

[É hora de justiça climática!](#)

[Explicação das exigências da campanha](#)

### A campanha internacional por justiça climática

Membros da aliança APRODEV estão engajados em campanhas relacionadas às mudanças climáticas desde 2007, internamente, em seus próprios países, e internacionalmente na UE e na ONU. Começamos chamando a atenção dos políticos, empresários e cidadãos para o sério desafio que as mudanças climáticas impõem a todos os esforços de redução da pobreza, e ressaltando o fato de que a crise climática é muito mais do que um assunto ambiental.

Nossa experiência de trabalho com comunidades pobres no mundo inteiro nos mostrou que as mudanças climáticas também representam uma questão de desenvolvimento, direitos humanos e justiça. Desde o começo, nossa campanha estabeleceu uma relação entre as mudanças climáticas e a pobreza, contando as histórias coletadas por nossas organizações parceiras, de que as alterações no clima estão afetando o sustento das comunidades pobres no mundo inteiro e atrapalhando o nosso objetivo: a erradicação da pobreza.

No Reino Unido, a campanha conseguiu convencer o governo a aumentar suas metas de redução para 2050 de 60 para 80% dos níveis de 1990 e a considerar a necessidade de relatórios obrigatórios sobre as emissões de empresas. Essas vitórias da campanha foram possíveis graças ao grande número de aliados que chamaram a atenção do público para a questão, enviando cartões postais ao primeiro ministro e membros do parlamento,

comparecendo a protestos e eventos e participando da marcha "Cut the Carbon" (Cortem o Carbono) que percorren 1.600 km.

Na Holanda, a campanha obteve o apoio de mais de 400 igrejas e do público na luta por um acordo internacional justo, e garantiu o apoio governamental para um fundo global de pelo menos € 100 bilhões por ano para financiamento de longo prazo, além da ajuda internacional existente. A campanha também encorajou o público a reduzir o consumo de energia e mudar para fontes de gás e eletricidade mais ecológicas.

### No caminho para alcançar a justiça climática

Em dezembro de 2007, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) assinou o Plano de Ação de Bali, que estabeleceu um novo processo de negociação para lidar com as mudanças climáticas. Isso deveria ter sido concluído na COP 15 em Copenhague, um dos

## APRODEV explicada

APRODEV foi fundada em 1990 com o objetivo de fortalecer a cooperação entre as ONGs europeias de desenvolvimento associadas ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Atualmente, 17 organizações de desenvolvimento e ajuda humanitária cooperam através da APRODEV. Essas organizações têm vínculos institucionais e de financiamento com as igrejas protestantes e ortodoxas na Europa, e obtêm suporte de frequentadores e não-frequentadores das igrejas. Juntos, os membros da APRODEV têm uma renda anual de € 720 milhões.

As principais agências trabalhando na questão das mudanças climáticas estão no Reino Unido (Christian Aid), Alemanha (EED e Brot für die Welt), Holanda (ICCO), Dinamarca (DanChurchAid), Noruega (Ajuda da Igreja Norueguesa) e Suécia (Igreja da Suécia e Diakonia). APRODEV tem base em Bruxelas.

momentos políticos mais importantes na corrida para o fim da primeira fase do Protocolo de Quioto em 2012.

Infelizmente, Copenhague não obteve o acordo que precisávamos para proteger as pessoas mais pobres no mundo dos impactos das mudanças climáticas. Mas teve sim um resultado positivo: um movimento crescente por justiça climática que não vai se calar.

## A campanha "Contagem Regressiva para Copenhague"

A campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" conseguiu o apoio de mais de meio milhão de pessoas de 24 países e nos ensinou algumas lições importantes. Mas como surgiu a campanha?

Dezoito meses antes do encontro em Copenhague, As agências da APRODEV se uniram para lançar a

campanha "Contagem Regressiva para Copenhague", com o objetivo de encorajar os governos nacionais e a UE a pressionar por um acordo global justo e efetivo nas discussões da ONU na COP 15 em dezembro de 2009. A campanha pedia que os países ricos fizessem cortes de pelo menos 40% em suas emissões de carbono em casa até 2020 e que auxiliassem os países em desenvolvimento – financeiramente e de outras formas – a reduzir as suas emissões, usar tecnologias limpas para o desenvolvimento e adaptar-se às mudanças climáticas.

Em toda a Europa, pedimos aos participantes da campanha que demandassem um acordo justo e encaminhassem as exigências acima aos seus governos. Milhares de pessoas assinaram e enviaram cartões postais para chefes de estado no Reino Unido, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, Alemanha, Suíça e Espanha. A campanha rapidamente se espalhou pelos EUA, onde os apoiadores apresentaram exigências similares a Barack Obama.

Ao longo de 2009, diversas ONGs em países em desenvolvimento também abraçaram a campanha e começaram a passar petições em seus próprios países. Na Etiópia, o cartão postal foi adaptado e traduzido para o amárico. Quase 30.000 pessoas assinaram a petição, que foi entregue ao primeiro ministro e à delegação do governo etíope. De El Salvador a Camarões, de Bangladesh ao Quirguistão, os membros da campanha se uniram para construir um movimento pela justiça climática.

Inicialmente lançados em inglês, os materiais da campanha foram traduzidos para muitos idiomas em 24 países em 5 continentes, unindo centenas de milhares de pessoas na luta pela justiça climática. As atividades da campanha foram organizadas em momentos ou eventos-chave, como os dias internacionais de ação ou datas marcantes na contagem regressiva para a conferência. A equipe e os parceiros da APRODEV também participaram dos encontros da UNFCCC na Polónia, em Bangkok e Bonn.

Quando os líderes mundiais se encontraram em Copenhague, a campanha já tinha coletado mais de meio milhão de assinaturas. Em 13 de dezembro, quase 5.000 pessoas se espremeram na praça central de Copenhague e arredores para ver o

## Bangladesh: 112.000 assinaturas em três meses

A Campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" em Bangladesh reuniu 54 ONGs em uma única plataforma que conectou mais de 100 mil pessoas vulneráveis ao clima. A CDP – uma aliada fundamental da APRODEV em Bangladesh – trabalhou com outras ONGs, fazendo campanha em 57 upazilas (subdistritos) em 35 distritos no país.

Nas áreas rurais, a campanha foi apoiada por mulheres e homens que não sabem ler ou escrever (voluntários liam as exigências da campanha e ajudavam as pessoas a expressar sua solidariedade com uma assinatura por impressão digital).

Em 21 de novembro de 2009, a campanha organizou coletivas de imprensa simultâneas nos 35 distritos. Quando o serviço de correio expresso não conseguiu entregar os materiais de campanha nas áreas mais remotas, nossos parceiros fizeram suas próprias faixas e organizaram suas coletivas de imprensa locais do mesmo jeito.

Arcebispo Desmond Tutu entregar as assinaturas e pedidos ao chefe da ONU para o clima, Yvo de Boer, em nome do movimento mundial "Contagem Regressiva para Copenhague". O evento lembrou às pessoas por que a justiça climática é urgentemente necessária, e que a campanha pode realmente unir as pessoas na luta para derrotar as mudanças climáticas. O arcebispo estava vibrante como sempre, dirigindo-se ao público com humor e cordialidade, antes de explicar a nossa mensagem principal aos líderes mundiais: 'Este é um problema, que, se não resolvermos, não vai deixar sobreviventes.'

## É hora de justiça climática!

Apesar de grande pressão pública, os negociadores não conseguiram um acordo climático efetivo em Copenhague nem lidar com a ameaça que as mudanças climáticas representam às vidas e ao sustento de milhões de pessoas em países pobres.

Mas Copenhague foi um sucesso de outro modo: uniu uma grande variedade de movimentos sociais civis em campanha por justiça climática. Não podemos perder o impulso.

A "Contagem Regressiva para Copenhague" pode ter terminado, mas a campanha continua sob a bandeira "É hora de justiça climática". Nossa meta continua a ser um acordo justo, ambicioso, efetivo e com força de lei para os mais pobres do mundo, e vamos continuar pressionando os líderes mundiais em 2010 e depois, para retomarem urgentemente as negociações e construírem um acordo efetivo. **Entre conosco na luta!**

Para obter mais detalhes sobre a campanha "É hora de justiça climática", acesse [www.climatejusticeonline.org](http://www.climatejusticeonline.org)

### Explicação das exigências da campanha

**1ª Exigência: fazer cortes de pelo menos 40% nas emissões de carbono até 2020 (em casa, não no estrangeiro)**

A meta de 40% é importante por ser a escala de cortes necessários para manter o aquecimento nesse século abaixo de 2° C. Há vários temas de campanha abrangentes que podem ser agrupados sob essa primeira exigência:

- **A responsabilidade maior do Hemisfério Norte pelas emissões de gases de efeito estufa.** Isso já está refletido na concepção do Anexo 1 (que inclui países desenvolvidos, bem como economias de transição na Europa Oriental e antiga União Soviética), mas também no fato de que praticamente todos os governos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aceitam que seus cortes terão que ser mais significativos do que os de países em desenvolvimento. Eles ainda precisam cumprir essa promessa.
- **A integridade do processo e estabelecimento de confiança entre Norte e Sul.** Para que surja um acordo realmente global, é necessário que haja mais confiança entre os negociadores. Isso só pode acontecer se os países tomarem medidas concretas. Os países da OCDE precisam dar um exemplo para os outros países, realizando mudanças estruturais significativas em suas economias que reduzam a dependência de



Membros da campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" da Etiópia juntam-se à caminhada de seis quilômetros ao centro de conferências da ONU no Dia Global de Ação Climática. A Etiópia lançou sua campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" com o apoio das agências da APRODEV em dezembro de 2009. Eles coletaram 30.000 pedidos que foram incluídos na entrega de mais de meio milhão de assinaturas pelo Arcebispo Desmond Tutu ao chefe da ONU para o clima, Yvo de Boer, em um evento especial na praça central de Copenhague

combustíveis fósseis. Se isso acontecer, digamos, nos próximos cinco anos, aumenta a chance de que as economias emergentes concordem com limites futuros para suas emissões.

- **Em casa, não no estrangeiro.** Isso dá uma margem considerável a críticas à prática existente entre os países da OCDE de tentar atingir suas metas através da compra de créditos de carbono em outros países. Como explicado na seção "As discussões na ONU", os dois principais mecanismos do Protocolo de Quioto usados para isso são o comércio de emissões (entre países do Anexo 1) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (entre Norte e Sul).

Consulte a seção "As discussões na ONU" para um debate sobre as limitações do MDL.

**2ª Exigência: oferecer suporte e ajuda financeira para que os países em desenvolvimento reduzam as suas emissões, atinjam o desenvolvimento de forma limpa e adaptem-se às mudanças climáticas**

Se a primeira exigência está relacionada às responsabilidades do Norte, a segunda trata das ações conjuntas que precisam ser feitas tanto pelo Norte quanto pelo Sul. Um dos princípios fundamentais dos Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa (GDRs - consulte a seção "Posições da política da APRODEV") é que os países da OCDE devem ajudar os países em desenvolvimento



Membro da delegação de advocacia da campanha "Contagem Regressiva para Copenhague", Seng Sothira, do Camboja, tira uma folga da militância dentro das discussões sobre o clima na ONU para juntar-se aos parceiros e membros de campanhas da Europa, EUA e países da África, Ásia e América Latina no Dia Global de Ação Climática em Copenhague.

financeiramente, para que eles possam reduzir suas emissões ao longo do tempo e atingir um desenvolvimento limpo, bem como adaptar-se às mudanças climáticas. Essas ações devem ser adicionais aos cortes domésticos pelos países ricos. Essa abordagem oferece uma possível solução para o impasse sobre como lidar com as emissões globais crescentes sem ameaçar o direito ao desenvolvimento das economias emergentes. Em essência, os GDRs pedem compensações financeiras para os países em desenvolvimento que concordarem em não pegar a estrada "suja" para o desenvolvimento.

O modelo é neutro na questão sobre quais políticas são necessárias para obter um desenvolvimento sustentável e com baixa emissão de carbono no Sul. Ele simplesmente oferece uma equação para uma divisão justa dos custos globais de mitigação e adaptação.

Uma variedade de outros temas podem ser esclarecidos sob a segunda exigência.

- **A questão da "compensação" para os países em desenvolvimento.** Os países em desenvolvimento estão sofrendo alguns dos impactos mais severos das mudanças climáticas sem (na maioria dos casos) ter contribuído para o problema. Portanto, os países desenvolvidos têm uma obrigação moral de assisti-los em sua adaptação às mudanças climáticas. Há uma questão fundamental de justiça entre Norte e Sul no debate sobre as mudanças climáticas, chamada de "dívida climática".
- **Não-conformidade com a UNFCCC.** Sob o artigo 4 da UNFCCC, os países desenvolvidos têm a obrigação de dar suporte financeiro aos países em desenvolvimento para mitigação e adaptação, bem como liderar os esforços de cortes de emissões nacionais. Apesar de terem passado 17 anos desde a sua assinatura, ainda estamos esperando que os países do Anexo 1 cumpram esses compromissos. Isto é claramente inaceitável.

- **"Auxiliar... os países em desenvolvimento a reduzir as emissões."** Isso é uma referência em particular à transferência de tecnologia. Há debates calorosos em progresso, entre o Grupo dos 77 e a China de um lado e os países da OCDE de outro, sobre esse ponto. Por exemplo, o G77 e a China defendem uma reforma do regime dos direitos de propriedade intelectual para facilitar a eles a fabricação de certas tecnologias fundamentais, patenteadas por firmas ocidentais, que sejam renováveis e economizem energia. Essa mudança tem sofrido resistência, até agora, dos países do Anexo 1.
- De novo, a convenção está do lado do G77 e da China. O artigo 4 requer que os países desenvolvidos "tomem todas as medidas factíveis para promover, facilitar e financiar... a transferência de, e acesso a, tecnologias saudáveis ecologicamente e conhecimento para as outras partes, especialmente as partes que representam países em desenvolvimento". Embora os países da OCDE possam discutir a definição de "factível", o ônus de agir mais para permitir tal transferência é claramente deles.
- **Meta universal de desenvolvimento sustentável.** A convenção também estabelece que todos os países devem trabalhar para promover o desenvolvimento sustentável. Então, na verdade, nenhum país, nem mesmo um país em desenvolvimento, tem um direito automático de poluir ou degradar o meio ambiente.

Como foi dito acima, tentamos estabelecer ligações entre movimentos no mundo inteiro que compartilham nosso desejo de ver os governos agirem rapidamente a respeito dessa questão. Para descobrir algumas das maneiras que as equipes e parceiros podem começar a mobilizar esforços a respeito das mudanças climáticas em seus próprios países, consulte a seção "A facilitação da defesa do hemisfério sul e campanhas sobre as mudanças climáticas".

## 5. A FACILITAÇÃO DE CAMPANHAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO HEMISFÉRIO SUL

Membros da APRODEV asseguram que a mensagem da "Contagem Regressiva para Copenhague" seja vista em uma mobilização em massa em Bangkok, durante as discussões entre sessões da UNFCCC sobre mudanças climáticas anterior a Copenhague.



Christian Avel / Amanda Ferrant

### Índice

#### [Aliados internacionais](#)

#### [Construção de capacidade de longo prazo para campanhas sobre mudanças climáticas e defesa da causa](#)

- [1. Iniciar o debate](#)
- [2. Identificar os grupos que serão mais afetados](#)
- [3. Analisar as políticas governamentais](#)
- [4. Entender a dimensão internacional](#)

#### [5. Formular suas exigências e desenvolver a estratégia](#)

- [6. Decidir quais são as ações apropriadas](#)
- [7. Construção de alianças com outras ONGs e atores da sociedade civil](#)
- [8. Coleta de provas](#)
- [9. Utilizar a mídia e a Internet](#)
- [10. Calcular o impacto](#)

Talvez tenhamos apenas uma década para atingirmos o auge das emissões se quisermos evitar um nível de aquecimento catastrófico. Os governos precisam chegar a um acordo sobre um programa para cortar drasticamente as emissões globais de gases de efeito estufa depois que a fase atual de compromissos do Protocolo de Quioto terminar em 2012. As reuniões da UNFCCC são fundamentais para chegarmos a um acordo sobre um plano de ação global. A ação de campanhas aumentou a pressão política sobre os líderes mundiais na preparação para Copenhague em dezembro de 2009, mas os líderes mundiais não conseguiram chegar a um acordo para as ações políticas tão necessárias.

Enquanto os políticos atrasam, os pobres nos países em desenvolvimento que menos contribuíram para as mudanças climáticas já estão sofrendo as consequências de regimes meteorológicos em mudança e serão os mais atingidos por seus impactos

## Lista de objetivos sugeridos para se obter um acordo internacional justo e efetivo sobre as mudanças climáticas

### Objetivos da política

- Garantir que qualquer novo acordo climático salvguarde os interesses de países em desenvolvimento e os grupos marginalizados e pobres do mundo, ao mesmo tempo em que ofereça uma chance de manter o aquecimento global abaixo de 2°C. Expressar o tipo de acordo que tornaria isso possível (a solução, além de lidar com as emissões de países do Anexo 1, terá que tratar das emissões do Sul, que agora respondem por mais da metade do total global).
- Militar para que as nações desenvolvidas tomem medidas imediatas para reduzir suas próprias emissões, e ofereçam financiamento adequado para adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento (o ponto inicial sendo o compromisso existente sob a convenção e Protocolo de Quioto).
- Pedir que as nações desenvolvidas reduzam as barreiras para transferência de tecnologia entre Norte e Sul, e que haja um compartilhamento maior de conhecimento sobre as tecnologias com baixa emissão de carbono localmente apropriadas e localmente desenvolvidas.

### Objetivos dos processos

- Promover o envolvimento da sociedade civil nas COPs.
- Construir alianças da sociedade civil nacional e globalmente para influenciar os resultados das negociações internacionais sobre o clima.

crescentes. Isso é uma injustiça e só aumenta nossa determinação de realizar campanhas e pressionar os responsáveis pelas decisões para alcançarmos a justiça climática em nível global.

Em muitos países, os ativistas estão apenas começando a considerar o problema das mudanças climáticas: como elas estão afetando as perspectivas de desenvolvimento das pessoas e como é possível estabelecer relações entre os efeitos das mudanças climáticas nos níveis local e nacional e a militância internacional. Esse trabalho agora precisa ser expandido e fortalecido no pós-Copenhague.

Esta seção é dividida em duas partes. A primeira traz uma visão das redes e alianças internacionais que já existem, e das quais ONGs com base no hemisfério sul podem fazer parte. A segunda é um guia prático passo-a-passo para iniciar uma campanha a respeito das mudanças climáticas no seu próprio país.

## Aliados internacionais

### 1. Redes globais

Há diversos grupos, redes e coalizões já fazendo campanha nos processos da UNFCCC e acompanhando as reuniões da COP. Haverá diferenças entre países e continentes, é claro, mas alguns dos principais grupos globais são:

- Climate Action Network (CAN - Rede Internacional de Ação de Clima): A CAN é uma rede global de organizações não-governamentais (ONGs) de meio ambiente e desenvolvimento que “trabalha na promoção de ações governamentais e individuais para limitar as mudanças climáticas induzidas pelo homem a níveis ecologicamente sustentáveis”. Ela possui oito ramos regionais nos países em desenvolvimento: três na Ásia (Sul, Sudeste e antiga União Soviética), quatro na África (Norte, Sul, Oriental e Ocidental), e um na América Latina. Os ramos regionais oferecem uma boa apresentação da CAN para os parceiros no Sul. A CAN opera diversos grupos de e-mail internacionais, onde os membros podem postar notícias sobre mudanças climáticas e discutir estratégias sobre tópicos específicos (p. ex., questões pós-2012, finanças e tecnologia, adaptação, etc). A CAN organiza eventos e milita entre os criadores de políticas nas reuniões anuais do clima. A rede possui atualmente 430 membros.
- Climate Justice Now! (CJN! - Justiça Climática Agora!): esta rede foi estabelecida na reunião da COP em Bali, Indonésia, em 2007. É uma reunião de movimentos sociais e ONGs de

desenvolvimento preocupadas com os impactos das mudanças climáticas nos pobres do mundo. A CJN! não acredita em soluções mercadológicas e puramente tecnológicas para as mudanças climáticas propostas por muitos governos e empresas do norte. Ela clama por cortes reais nos níveis de consumo do Norte e entre as elites do Sul, uma redução na dependência de combustíveis fósseis, o controle democrático dos recursos naturais, transferência de recursos substancial do Norte para o Sul de modo a pagar a “dívida” climática, e uma expansão global das energias renováveis. A rede conta atualmente com 160 membros, opera atualizações por e-mail, e marca presença nas COPs anuais.

- The Global Climate Campaign (Campanha Global do Clima): esse é o nome dado a “todas as organizações, grupos e indivíduos no mundo inteiro que se reúnem para o Dia de Ação Global pelo clima... para exigir ações urgentes a respeito do clima, e justiça climática, dos governos do mundo”. A ação acontece todo ano desde 2005 e é normalmente organizada no sábado no meio da COP anual. Na COP 16, no México, será no dia 4 de dezembro de 2010. Demonstrações, marchas, discursos e outros eventos públicos são organizados em mais de 70 países na data escolhida ou em datas próximas a ela.

### 2. APRODEV

Na preparação para a COP 15, as agências da APRODEV em toda a Europa, em cooperação com o Church World Service (Serviço Mundial de Igrejas) e o National Council of Churches (Conselho Nacional de Igrejas) dos EUA e diversos parceiros das agências da APRODEV no Hemisfério Sul organizaram as petições e cartões postais da campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" e obtiveram mais de meio milhão de assinaturas (consulte a seção da campanha "É hora de justiça climática" para mais detalhes). Petições e ações similares são uma ferramenta efetiva para chamar a atenção do público e atrair novas frentes.

A campanha "É hora de justiça climática" tem o objetivo de continuar a mobilizar as pessoas em torno de um acordo climático efetivo. Os parceiros podem querer organizar ações de campanha similares em seus próprios países. Isso pode ter como alvo o governo nacional (por exemplo, o primeiro ministro ou presidente) ou mesmo as Nações Unidas, destacando

as preocupações da sociedade civil em relação às mudanças climáticas e a necessidade por uma ação global combinada para lidar com elas.

Se o alvo da ação forem os governos nacionais, é provável que ela contenha mensagens sobre a necessidade de ações pelos países industrializados (veja a caixa “Lista de objetivos de longo prazo sugeridos” abaixo).

No entanto, para ser relevante, ela também deve se dirigir a questões domésticas sobre as mudanças climáticas onde o governo nacional tenha responsabilidade primária. Essas mensagens vão variar, é claro, de país para país. Por exemplo, nos países menos desenvolvidos (LDCs), como Bangladesh e Burkina Faso, o foco da militância provavelmente não será a política de energia nacional (devido à contribuição mínima dos LDCs para as emissões globais), mas para que o governo defenda adequadamente os interesses dos países e comunidades mais pobres afetados pelas mudanças climáticas, e obtenha justiça para eles, nas discussões da ONU.

Por outro lado, nas economias emergentes, como a Índia, África do Sul e Brasil, os grupos da sociedade civil podem escolher se concentrar na política nacional de energia e possivelmente na necessidade de limitar

o crescimento futuro de emissões. **De qualquer modo, caberá aos parceiros em cada país decidir qual conjunto de exigências em particular deve ser adotado.**

As ações a serem tomadas em cada país vão depender, é claro, da relação atual entre as organizações da sociedade civil e o Estado. Será mais difícil influenciar políticas de governo para mudanças climáticas em alguns países do que em outros, e as estratégias de defesa da causa vão refletir esses diferentes contextos locais e realidades políticas.

Os parceiros interessados em obter suporte para ações de campanha podem entrar em contato com a equipe da APRODEV em seus respectivos países ou equipes de campanhas baseadas nos escritórios-sede. Também é possível enviar um e-mail para o endereço [campaigns@christian-aid.org](mailto:campaigns@christian-aid.org) para obter assistência.

## Capacitação de longo prazo para campanhas sobre mudanças climáticas

### Dez etapas para facilitar uma campanha pública relacionada às mudanças climáticas ou a defesa da causa

Essa lista não esgota as possibilidades, mas é baseada na experiência do que já funcionou no passado para ONGs, planejando uma ação de defesa ou uma campanha.

#### 1. Iniciar o debate

Como um passo inicial, a equipe e os parceiros da APRODEV no país podem iniciar um debate sobre a necessidade de iniciativas de defesa e campanhas sobre as mudanças climáticas dentro do contexto nacional ou local. Isso pode ocorrer internamente dentro da organização, com membros do público, ou junto a ONGs e organizações da sociedade civil com objetivos semelhantes (ou uma combinação das três opções). É possível iniciar debates locais sobre as mudanças climáticas de diversas maneiras: pode ser útil focar o trabalho de redução do risco de desastres que parceiros já estejam fazendo, ou analisar os regimes de temperatura/chuvas locais que estejam mudando e o efeito disso na agricultura local, ou focar o número de desastres naturais. Esses pontos iniciais são importantes porque as iniciativas de defesa e as campanhas precisam responder

## Lista de objetivos de longo prazo sugeridos

### Objetivos da política

- Monitorar as ações em andamento das nações desenvolvidas para reduzir as emissões e realizar campanhas globais sobre essa questão.
- Militar para que as nações desenvolvidas forneçam financiamento adequado para adaptação e mitigação em países em desenvolvimento.
- Pedir que as nações desenvolvidas reduzam as barreiras para transferência de tecnologia com baixa emissão de carbono entre Norte e Sul, e que haja um compartilhamento maior de conhecimento sobre as tecnologias com baixa emissão de carbono

localmente apropriadas e localmente desenvolvidas.

- Conduzir e disseminar pesquisas sobre modelos de desenvolvimento sustentável que tenham o potencial de ser expandidos. Pressionar para que os próprios governos sejam responsabilizados por desenvolvimento insustentável (seja em setores individuais, p. ex., energia, transportes, coleta de lixo, agricultura, indústria, ou em diversos setores).
- Desenvolver e promover abordagens comunitárias de adaptação; garantir que o financiamento para adaptação alcance os mais afetados e mais vulneráveis às mudanças climáticas.

### Objetivos dos processos

- Aumentar a capacidade dos parceiros para defesa da causa em nível local e nacional.
- Promover o envolvimento da sociedade civil nas negociações das Nações Unidas pós-2010.
- Construir alianças nacional e globalmente para influenciar os resultados das negociações das Nações Unidas pós-2010.
- Inspirar o interesse público nas mudanças climáticas nos países em desenvolvimento, para que a capacidade para ações em massa cresça além de 2009.

## Entendendo as perspectivas do Sul sobre as mudanças climáticas

As perspectivas sobre as mudanças climáticas nos países em desenvolvimento são consideravelmente diferentes daquelas encontradas na Europa. A justiça climática é comumente interpretada pelas ONGs do Sul como uma questão de gestão econômica: a necessidade de uma responsabilidade igualitária pelos recursos naturais, como terra, água, florestas e reservas de pesca, e estratégias aperfeiçoadas para seu uso.

Na Índia, em 2009, a Christian Aid apoiou a formação de uma nova coalizão de ONGs (a People's Coalition on Climate Change), com o objetivo de trazer as experiências das comunidades rurais marginalizadas ao debate sobre as mudanças climáticas. A coalizão organizou um diálogo com pescadores, povos indígenas, moradores de florestas, pastores e agricultores de terras áridas e montanhas em nove estados na Índia, sobre as ameaças existentes ao seu sustento e o problema crescente das mudanças climáticas. O resultado foi o Community Charter on the Climate Crisis (Documento Comunitário sobre a Crise Climática), um manifesto dirigido ao

governo indiano e à comunidade internacional.

O documento pede uma reversão nas políticas que levaram à degradação sistemática dos recursos naturais dos quais essas comunidades dependem para seu sustento (florestas, reservas de pesca, terras aráveis, etc.). Os grupos com os quais a coalizão conversou viram uma relação direta entre esse processo e as mudanças climáticas.

O manifesto também exige a restauração do seu direito de administrar esses recursos, maior respeito ao conhecimento comunitário e manutenção adequada do ecossistema. De acordo com os grupos envolvidos, essa é a melhor maneira de combater as mudanças climáticas.

O documento foi publicado na Índia em outubro de 2009. A coalizão também enviou uma delegação de líderes comunitários e de ONGs para militar na COP 15 em dezembro de 2009.

a uma necessidade ou problema específico, ou parecerão desconectados de eventos da sociedade (consulte o quadro “Entendendo as perspectivas do Sul sobre as mudanças climáticas” acima).

Pode ser útil debater formas pelas quais as mudanças climáticas estejam atualmente afetando esforços de desenvolvimento (pense nos impactos para o sustento, produção agrícola, saúde, educação, administração de desastres e a economia nacional). Até onde seus efeitos já são visíveis?

### 2. Identificar os grupos que serão mais afetados

Na maioria das vezes, os desastres relacionados ao clima atingem as comunidades mais pobres com mais força. As pessoas que já vivem em condições precárias e são privadas de uma subsistência segura têm menos capacidade de lidar com condições climáticas severas e desastres naturais, como enchentes, terremotos e secas. Idade, gênero, religião, casta, etnia e outras identidades sociais

devem ser levadas em consideração na avaliação dos efeitos das mudanças climáticas na população.

Um exemplo dos impactos variáveis que as mudanças climáticas podem ter para diferentes grupos socio-econômicos vem de Cavite City, nas Filipinas. A cidade, na Baía de Manilha, está sendo afetada por mais eventos meteorológicos extremos, como tufões, enchentes e secas, bem como pelo aumento do nível do mar e salinização da água dos lençóis freáticos (um padrão consistente com as mudanças climáticas). Mas nem todos os habitantes são afetados do mesmo modo por essas mudanças. Um estudo recente mostrou que grupos de baixa renda, notadamente pescadores de pequeno porte/municipais, criadores, fornecedores e comerciantes de crustáceos, e autônomos eram atingidos mais fortemente do que as pessoas acima da linha de pobreza (pessoas com renda fixa e microempreendedores com mais bens de capital). Os primeiros sofreram mais perturbações em seu

## Perguntas-chave

- Quem são as comunidades/grupos afetados?
- De que maneira fatores como renda, gênero, situação empregatícia, idade, etnia, casta e classe social atingem como as pessoas são afetadas pelas mudanças climáticas?
- Quais são os desafios climáticos mais imediatos que elas enfrentam?
- Quais são os desafios climáticos de longo prazo?
- O que as comunidades/grupos afetados precisam em termos de apoio e alocação de recursos para superar esses desafios e reduzir a sua vulnerabilidade?
- Eles recebem algum apoio do governo local/nacional?
- Quem é responsável por oferecer apoio para a superação dos desafios que eles estão enfrentando?
- É possível pressionar os responsáveis? Como fazer ouvir as vozes da comunidade?

modo de vida, problemas de acesso à água potável e maior perda de bens de moradia e sustento. Os grupos de maior renda viviam em casas feitas de materiais duráveis e podiam recorrer a economias e capital extra para lidar com os problemas, então não foram tão gravemente afetados.<sup>1</sup>

### 3. Analisar as políticas governamentais

O próximo passo é analisar as políticas governamentais existentes nessa área. Em alguns países, os governos podem já possuir posições públicas bem definidas para as mudanças climáticas. Isso vai facilitar a sua tarefa. Em outros – provavelmente a maioria – pode ser necessário contatar o ministério governamental

## Perguntas-chave

- Há reconhecimento pelos governos local e nacional dos impactos das mudanças climáticas nas pessoas em seu país?
- O que o governo está fazendo, deixando de fazer, ou planejando fazer a respeito disso?
- Há um ministério/setor do governo dedicado a lidar com assuntos relacionados às mudanças climáticas?
- Quais são as estratégias/planos/políticas nacionais?
- Como as comunidades são afetados por essas estratégias/planos/políticas? (reunir provas) Eles podem ser considerados favoráveis aos pobres?
- Para os países menos desenvolvidos: o governo possui um Plano de Ação Nacional para Adaptação (NAPA)? As necessidades das comunidades (identificadas no passo dois) estão adequadamente refletidas no NAPA?
- As mudanças climáticas estão entre as políticas setoriais nacionais, como água, agricultura, pesca, redução do risco de desastres e administração de florestas?
- Que trocas existem entre as políticas nacionais de energia e desenvolvimento por um lado, e mudanças climáticas e metas de desenvolvimento sustentável de outro? Se o governo está privilegiando os primeiros, como é possível alcançar um equilíbrio maior?

correspondente (normalmente o ministério do meio ambiente) para avaliar qual é a posição oficial.

Embora muitos países ainda não tenham estabelecido políticas e programas nacionais para lidar com o desafio urgente das mudanças climáticas, certamente houve um aumento nas

ações e nas boas intenções. Por exemplo, no Quênia, a política em relação às mudanças climáticas é coordenada pela National Environment Management Authority (NEMA), que serve como o principal ponto focal da UNFCCC para o país e a autoridade nacional para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O Ministério do Meio Ambiente (ao qual a NEMA responde) abriga a National Climate Change Activities Coordinating Committee (NCCACC). O NCCACC é um comitê interdepartamental e multissetorial que aconselha o governo queniano nas políticas relacionadas ao clima.

Todos os envolvidos, incluindo os departamentos do governo, o setor privado e a sociedade civil, estão representados no comitê. O crescente reconhecimento das mudanças climáticas como um desafio para as estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, particularmente o projeto ambicioso chamado Vision 2030 trouxe mais foco às mudanças climáticas. O governo, através do Ministério do Meio Ambiente, propôs o estabelecimento de um departamento de mudanças climáticas totalmente equipado, com sua própria equipe e programas.

## 4. Entender a dimensão internacional

As mudanças climáticas são um problema global que exige uma solução global, e é por isso que garantir um acordo nas negociações na ONU é tão importante. Você deve explorar as relações entre os assuntos locais e nacionais (cobertos nos passos dois e três) e as negociações internacionais.

A Bolívia oferece um modelo muito útil de cooperação construtiva entre ONGs e governo em relação às mudanças climáticas. O governo e os movimentos sociais estão falando um unísono e a posição do governo é fortemente estabelecida sobre o conhecimento tradicional e as experiências da população majoritariamente indígena. O governo boliviano pediu:

- justiça ambiental e responsabilidade compartilhada, levando em consideração que alguns países são mais responsáveis pelas mudanças climáticas do que outros

## Perguntas-chave

- Qual é a posição do seu governo nas discussões sobre mudanças climáticas da ONU?
- Qual é a relevância das discussões na ONU para os problemas das mudanças climáticas no seu país/comunidade?
- Quem é o maior responsável pelo problema das mudanças climáticas na sua comunidade/país?
- A posição do seu governo nas negociações foi delineada com o cuidado de proteger os direitos das comunidades a saúde, água, sustento, etc?
- Se não foi, como a posição do governo pode ser influenciada para refletir as necessidades das pessoas?
- Que oportunidades você pode identificar para se vincular a grupos da sociedade civil em outros países, para que suas preocupações em relação às mudanças climáticas possam ser ouvidas em outros países e na ONU? Por exemplo você estabeleceu vínculos entre as atividades nacionais e datas e processos internacionais fundamentais? Consulte também a seção “Calendário de eventos”.
- uma crítica do atual paradigma de desenvolvimento, que o governo e a maioria das ONGs bolivianas entendem ser insustentável e promotor de desigualdade
- que importantes somas de dinheiro sejam transferidas para tecnologias limpas com o intuito de promover o direito ao desenvolvimento real e sustentável
- que os governos do norte reconheçam a importância e o custo de adaptação que os bolivianos já estão enfrentando

- que os movimentos sociais liderem uma agenda radical e progressiva para Copenhague, oriunda de suas realidades, como derretimento de geleiras, secas e desmatamento.

Com este fim, o governo boliviano e as ONGs apresentaram juntos uma proposta de 16 pontos para Copenhague, que foi lançada na COP 14, em Poznan, em 2008. Infelizmente, as realidades políticas em outros países não permitem uma repetição fácil dessa abordagem.

## 5. Formular suas exigências e desenvolver a estratégia

Aqui vão algumas recomendações fundamentais para ajudar você a formular suas demandas e desenvolver uma estratégia de campanha.

- decida seus alvos: as pessoas ou instituições com o poder para mudar as coisas
- identifique seus aliados e os principais obstáculos
- busque a maior participação dos setores populares no desenvolvimento e acompanhamento das estratégias de campanha
- faça com que suas exigências ou objetivos sejam os mais SMART possíveis (eSpecificos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes e Temporais)<sup>2</sup>
- tente formular uma “agenda positiva”, não apenas criticando ou condenando a política do governo, mas também fazendo propostas ou exigências alternativas que podem trazer mudanças duradouras
- discuta uma série de ações/atividades para alcançar a resolução de suas exigências (consulte o passo seis).

## Campanha global para impedir um empréstimo do Banco Mundial para energia “suja” na África do Sul

Em fevereiro de 2010, ativistas da justiça climática sul-africanos e africanos de mais de 50 organizações da sociedade civil e grupos comunitários iniciaram uma campanha global para impedir a aprovação de um empréstimo de US\$ 3,75 bilhões pelo Banco Mundial para a construção de uma nova usina de energia a carvão pela South African Electricity Supply Commission (Eskom).

Os membros da campanha, que construíram alianças com ativistas do clima em toda a UE e EUA, acreditam que o empréstimo destaca o motivo pelo qual o Banco Mundial não merece confiança para administrar os fundos do clima existentes ou futuros.

Ao financiar uma usina de carvão no maior

empréstimo único que já existiu a um país africano, o banco demonstra que não leva o desenvolvimento sustentável a sério, dizem os membros da campanha.

Eles argumentam que o financiamento não apenas contradiz o propósito original declarado do empréstimo, que era colocar a África do Sul em uma trajetória de “baixo carbono”, mas também dobraria as emissões de combustíveis fósseis pela Eskom até 2025 e prenderia a África do Sul em um caminho de energia a carvão com altas emissões de carbono.

Os membros da campanha querem ver alternativas limpas às usinas de carvão na África do Sul, que poderiam ser financiadas por fundos climáticos administrados pelas Nações Unidas.

Aqui vai um exemplo de como uma série de exigências pode ser formulada. Essa declaração de posição foi desenvolvida por organizações da sociedade civil filipina como uma resposta à COP 14 em 2008.<sup>3</sup> Observação: não se trata de um documento de estratégia de defesa ou de campanha, que normalmente incluiria uma série de metas a serem alcançadas, bem como uma análise do ambiente das políticas e campanhas:

### a) Mensagem aos países desenvolvidos

“É uma obrigação moral e ética dos países desenvolvidos, devido à sua culpa histórica pelo aquecimento global acelerado, liderar os esforços para assegurar que o nível do aumento na temperatura global seja mantido abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais. Pedimos a esses países desenvolvidos que se comprometam voluntariamente com cortes profundos, drásticos e com força de lei nas suas emissões de gases de efeito estufa como parte de sua responsabilidade pelo ressarcimento dos danos causados por eles ao nosso meio ambiente.

“Os países desenvolvidos precisam contribuir com pelo menos 1% de seu produto interno bruto para o Fundo de Adaptação sob a convenção.”

### b) Mensagem aos países em desenvolvimento (incluindo as Filipinas)

“O direito ao desenvolvimento não é uma licença para o desmatamento ou mineração, ou para o uso indiscriminado de combustível, energia ou tecnologias sujas, que exacerbam as mudanças climáticas e representam grave perigo ao meio ambiente e à saúde humana.

A adaptação precisa ser integrada aos planos nacionais de desenvolvimento e receber alocações orçamentárias apropriadas”.

### c) Passos a serem seguidos por todos os países

O documento de posição apontava medidas que os governos deviam tomar em diferentes setores para reduzir as emissões. Ele clamava por, entre outras coisas: uma expansão das fontes de energia renováveis e um declínio do uso de usinas de carvão e nucleares; eficiência energética; e uma mudança gradual para a agricultura e o uso sustentável de florestas: “É preciso haver uma mudança para padrões de produção e consumo sustentáveis, particularmente em países desenvolvidos, onde práticas insustentáveis são a causa principal da crise climática.”

## Tribunal de Justiça Climática

Em 2009, as organizações da sociedade civil se reuniram na Bolívia para criar um “tribunal de justiça climática” internacional.

Por dois dias, o tribunal ouviu os problemas relacionados ao clima que era vistos como ameaças aos direitos dos indígenas e outros direitos humanos. Como resultado, uma declaração sem valor de lei foi aprovada ao fim do tribunal pedindo que sua legitimidade moral como uma corte legal seja reconhecida e exigindo que o tribunal seja formalizado como um espaço para lidar legalmente com crimes ambientais.

O tribunal recebeu ampla cobertura nacional e internacional da imprensa e o seu trabalho foi elogiado pelo ganhador do Prêmio Nobel Adolfo Pérez Esquivel e pela Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Um tribunal semelhante também foi organizado em Bangkok durante o encontro entre sessões da UNFCCC em outubro, apoiado por uma coalizão de ONGs asiáticas. “Testemunhas” das mudanças climáticas de Bangladesh, Filipinas, Micronésia, Nepal, Tailândia e Indonésia forneceram provas perante um painel de juizes e um veredito foi dado.<sup>7</sup>

## 6. Decidir quais são as ações apropriadas

As ações e eventos são mais efetivos quando têm uma mensagem clara, envolvem uma variedade de grupos, têm ampla participação, ampla divulgação e têm mudanças específicas como objetivos.

Ao planejar atividades, é recomendável considerar:

- quem é o alvo?
- que tipo de eventos/ações seriam mais efetivos para nosso(s) objetivo(s) mais amplo(s)?
- como podemos envolver outros grupos?
- como podemos educar e mobilizar grandes quantidades de pessoas?
- como podemos atrair a mídia?
- como militamos junto aos responsáveis por decisões?

Aqui vão algumas sugestões:

- abaixo-assinado ou apelo: ação impressa ou online por e-mail
- caminhada de campanha ou demonstração
- pendurar faixas em lugares públicos
- contar as histórias – na mídia, em tribunais, ou testemunhos das pessoas – dos efeitos das mudanças climáticas
- missa/culto ou preces em grupo (para os parceiros ecumênicos na África e América Latina)
- organização de eventos que coincidam com dias internacionalmente reconhecidos<sup>4</sup> ou dias de ação global a respeito das mudanças climáticas
- utilização de figuras proeminentes e celebridades em chamadas à ação.

## 7. Construção de alianças com outras ONGs e atores da sociedade civil

Realizar ações com outros é mais efetivo do que fazê-lo sozinho. Os governos nacionais e locais, assim como representante eleitos, como parlamentares, têm mais chance de ouvir quando as vozes são numerosas.

É portanto importante tentar, onde for possível, construir relações fortes ou formar alianças com outros grupos que estejam em campanhas a respeito das mudanças climáticas. Será necessário encontrar um equilíbrio entre a diversidade e o tamanho da coalizão e a força das mensagens centrais.

Aqui vão alguns grupos que podem ser contatados:

- grupos de defesa do meio ambiente
- grupos religiosos
- movimentos sociais/de defesa dos direitos
- grupos indígenas
- organizações estudantis/da juventude
- grupos de defesa das mulheres
- sindicatos
- grupos empresariais.

A experiência da recente campanha "Contagem Regressiva para Copenhague" mostra que a defesa de causas em alianças internacionais aumenta as nossas chances de influenciar as políticas nacionais e internacionais, especialmente em relação a assuntos de interesse global.

## Dicas para comunicados de imprensa

- Seja breve e vá direto ao ponto (uma folha, se possível).
- Passe a sua mensagem nos dois primeiros parágrafos (respondendo: quem, quando, o que, onde e por que).
- Use fatos e números-chave (especialmente locais, se os possuir).
- Coloque uma fala contundente de alguém na sua comunidade (com palavras fortes e argumentos claros).
- Use as citações para pressionar as pessoas ou os políticos a fazer algo e chamar atenção para a questão.
- Sempre digite o seu comunicado (e cheque a ortografia).
- Acrescente uma seção “nota ao editor” (com detalhes de contato para o seu porta-voz e para mais informações).

Outro caminho que vale a pena ser explorado seriam as redes nacionais e continentais que lidam com as mudanças climáticas. Entre os exemplos estão o Philippines CSO Working Group on Climate Change and Development (Grupo de trabalho CSO sobre mudanças climáticas e desenvolvimento das Filipinas), a Aliança Pan-Africana por Justiça Climática, o Fórum de Desenvolvimento e Mudanças Climáticas de Bangladesh, e a Plataforma Boliviana sobre Cambio Climático (Plataforma boliviana sobre as mudanças climáticas).

Os parceiros ecumênicos devem procurar trabalhos existentes de igrejas e redes de igrejas sobre as mudanças climáticas. Por exemplo, tanto a Conferência de Igrejas do Pacífico quanto a All-Africa Conference of Churches (Conferência de Igrejas de toda a África) estão ativas nessa questão. Ou os parceiros podem considerar alianças com a APRODEV (consulte a referência acima).

Uma aliança internacional crescente é a Aliança Pan-Africana por Justiça Climática. Ela é uma reunião de organizações da sociedade civil africana que promove e defende o desenvolvimento sustentável ligado ao clima e baseado na igualdade. Contando atualmente, entre os seus membros, com organizações não-governamentais, organizações com base em comunidades, coalizões nacionais e redes regionais, a aliança pretende unificar esforços fragmentados da sociedade civil pela defesa e coordenação de esforços contra as mudanças climáticas na África, para garantir que medidas favoráveis aos pobres e centradas nas pessoas sejam consideradas quando os governos resolverem transformar a ação a respeito das mudanças climáticas em estratégias de desenvolvimento nacionais.

Parte do seu trabalho inclui o desenvolvimento de alianças estratégicas com parceiros internacionais, governos nacionais, instituições governamentais regionais, e indivíduos com objetivos parecidos, para garantir que as vozes africanas sejam amplificadas nas negociações internacionais.

A aliança conta com 102 organizações em 37 países na África entre seus membros.

#### 8. Coleta de provas

Uma ferramenta especialmente importante para a comunicação dos efeitos das mudanças climáticas é a coleta de provas. É sempre útil incluir histórias de pessoas reais afetadas pelas mudanças climáticas em qualquer comunicação ou campanha, na mídia ou em outros meios, que você esteja planejando. No entanto, nem sempre é fácil provar que as mudanças climáticas por si só são responsáveis pela vulnerabilidade crescente ou degradação ambiental de uma comunidade. Estabelecer relações entre análises científicas e testemunhos pessoais pode fornecer provas poderosas do impacto das mudanças climáticas nas comunidades pobres e em sua capacidade de desenvolvimento.<sup>5</sup>

Pode ser difícil obter provas visuais dos impactos das mudanças climáticas. Imagine tentar capturar em uma fotografia o deslocamento de uma comunidade costeira por causa do aumento do nível do mar em um período de muitas décadas! Além disso, as mudanças climáticas não são necessariamente as únicas causas por trás de desastres, degradação ou aumento da vulnerabilidade humana, e é portanto



Representantes da Plataforma boliviana pela Justiça Climática lideram a caminhada por Copenhague no dia global da justiça climática. Calcula-se que 100.000 ativistas tenham participado da caminhada

difícil por vezes alegar que a terra castigada por uma seca é o resultado apenas das mudanças climáticas. No entanto, podemos usar vídeos e fotografias para ilustrar a vulnerabilidade face às mudanças climáticas. **Seja qual for a história que você usar, certifique-se de apoiá-la com provas científicas do impacto do aumento das temperaturas ou outras provas das mudanças climáticas, e que as perspectivas dos indivíduos estejam relacionadas a mudanças sentidas ao longo de um período de pelo menos duas ou três décadas.**

#### 9. Utilizar a mídia e a Internet<sup>6</sup>

Sejam quais forem as atividades que você decidir organizar, elas certamente terão maior impacto se forem publicadas na mídia (jornais, rádio, televisão e sites da Internet). Uma única história que chame a atenção pode fazer com que os políticos ouçam. Por que não apresentar a sua atividade como uma notícia? (Consulte "Dicas para comunicados de imprensa" na página 30).



Bar Jesang Handhu, um pastor de Gujarat, na Índia, reuniu-se aos ativistas da "Contagem Regressiva para Copenhague" caminhando por Copenhague para exigir um resultado justo, ambicioso e com força de lei das negociações climáticas.

## 10. Calcular o impacto

O décimo e último passo é conduzir revisões regulares das atividades em andamento (essenciais para medir o impacto da sua estratégia de defesa da causa). Isso também o ajudará a assegurar que as exigências da sua campanha permaneçam relevantes. Sua estratégia irá evoluir inevitavelmente à medida que surgirem novas informações e a sua experiência no assunto crescer.

Os possíveis indicadores de sucesso incluem:

- mudanças nas posições do governo ou dos negociadores da UNFCCC
- pessoas/comunidades assumindo o controle do processo
- aumento da mobilização dos setores populares
- acúmulo de provas
- resposta da mídia
- resposta dos responsáveis pelas políticas
- resposta de aliados nacionais e internacionais.

**Boa sorte!**

## Notas

- 1 Ramon Faustino M Sales Jr, *Mainstreaming Community-based Adaptation to Climate Variability and Sea-level Rise into Integrated Coastal Management: The Case of Cavite City, Philippines*, consulte <http://www.bcas.net/2nd-cba/Documents/tc-3a/ramon.pdf>
- 2 **Específicos:** os objetivos devem especificar o que desejam alcançar; **Mensuráveis:** você deve ser capaz de calcular se está atingindo os objetivos ou não; **Alcançáveis:** os objetivos que você definiu podem ser atingidos?; **Relevantes:** é possível atingir os objetivos com os recursos que você possui? **Temporais:** quando você pretende atingir os objetivos definidos? Consulte [www.learnmarketing.net/smart.htm](http://www.learnmarketing.net/smart.htm)
- 3 *The Philippines Civil Society Organisations' (CSO) Positions on Climate Change and Development: Inputs to the Philippines Position in Climate Change Negotiations at COP14*, Third World Network, 2008.
- 4 Por exemplo, o Dia Mundial da Água (22 de março), Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), ou Dia Mundial dos Alimentos (16 de outubro). Consulte a lista completa de dias oficiais da ONU no endereço [www.unac.org/en/news\\_events/un\\_days/international\\_days.asp](http://www.unac.org/en/news_events/un_days/international_days.asp)
- 5 Exemplos de perspectivas baseadas em comunidades locais podem ser encontrados no documento *Human Face of Climate Change*, Christian Aid, 2007.
- 6 Adaptado a partir do guia *Action Guide: Global Week of Action on Trade, 10-16 April 2005*, Ecumenical Advocacy Alliance, 2004.
- 7 O texto do veredito pode ser encontrado aqui: <http://tckctck-asia.org/wp-content/uploads/2009/10/Climate-Tribunal-verdict-061009.pdf>

## GLOSSÁRIO



Sidlak Youth Theatre (Teatro da Juventude Sidlak), nas Filipinas, criado pela FORGE. Jovens que deixaram a escola aprendem danças sobre assuntos que fazem parte da sua vida diárias, como drogas, poluição e o meio ambiente, crimes, abuso e regras de comércio injustas

- **Adaptação:** o processo de proteger as populações e infraestrutura de um país ou região dos impactos e efeitos adversos das mudanças climáticas.
- **APRODEV:** a associação entre organizações de desenvolvimento e ajuda humanitária europeias que trabalham junto ao Conselho Mundial de Igrejas.
- **Aquecimento global:** aumentos na temperatura média do planeta provocados pelas emissões crescentes de gases de efeito estufa, provocadas pelo homem, que impedem a saída de radiação infravermelha.
- **Cancun 2010:** os participantes da UNFCCC irão se encontrar em dezembro de 2010 em Cancun para acordar novos compromissos e ações sob a convenção e o Protocolo de Quioto, que entrarão em vigor depois de 2012.
- **CH<sub>4</sub>:** metano (um gás do efeito estufa).
- **Clima:** as condições meteorológicas típicas de um lugar em particular.
- **CO<sub>2</sub>:** dióxido de carbono (um gás do efeito estufa).
- **Comércio de carbono:** a compra e venda de créditos de carbono ou permissões por companhias ou países com o objetivo de atingir metas de redução de emissões particulares setoriais ou nacionais. Diversos esquemas de comércio sancionados pela ONU, incluindo o MDL e o Comércio de Emissões, foram definidos sob o Protocolo de Quioto.
- **Contagem Regressiva para Copenhague:** campanha sobre as mudanças climáticas liderada pela Christian Aid e agências-irmãs da APRODEV tendo como alvo o encontro da UNFCCC em Copenhague em 2009, que pedia aos países ricos para reduzir drasticamente suas emissões de CO<sub>2</sub> e para financiar a adaptação e o desenvolvimento limpo de nações menos ricas.

- **COPs:** conferências anual entre as partes da UNFCCC.
- **Declaração do Rio:** uma declaração adotada na Cúpula da Terra no Rio em 1992, onde os países se reuniram para assinar a UNFCCC.
- **Direitos de Desenvolvimento e Efeito Estufa (GDRs):** uma metodologia apoiada pela Christian Aid para compartilhar de maneira justa o fardo das mudanças climáticas, calculados de acordo com o princípio da UNFCCC de responsabilidade e capacidade compartilhadas, mas diferenciadas.
- **É hora de justiça climática:** campanha sobre as mudanças climáticas liderada pelas agências da APRODEV e tendo como alvo a UNFCCC, que pede aos países ricos que cortem drasticamente suas emissões de CO2 e financiem o desenvolvimento limpo e a adaptação de nações mais pobres.
- **Emissões de gases de efeito estufa (GEEs):** a liberação de gases (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e gases fluoretados) na atmosfera a partir da produção de energia, atividade industrial, transportes, agricultura, lixo, desmatamento e outras atividades humanas.
- **Fundo de Adaptação:** fundo da ONU para financiar esforços de adaptação em países em desenvolvimento. Embora a decisão de criar o fundo tenha sido tomada na COP 7 em 2001, o fundo ainda não está operacional. Espera-se que isso aconteça em 2009. O fundo inicialmente será financiado por uma taxa de 2% sobre o valor monetário das unidades de redução de emissões aprovadas para projetos do MDL. O fundo pode, no entanto, incorporar outras fontes de financiamento.
- **Impactos das mudanças climáticas:** os efeitos hidrológicos/meteorológicos ou socioeconômicos diretos das mudanças climáticas, isto é, aumentos de temperatura, tempestades mais fortes e mais frequentes, aumento no nível dos oceanos, secas, enchentes, derretimento de geleiras, etc. (hidro-meteorológicos); e menores volumes nas colheitas, estoques de pesca diminuídos, doenças, fome, migração, etc. (socioeconômicos).
- **IPCC:** o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. É um painel dos cientistas meteorológicos mais importantes, reunido pela ONU a cada seis anos para pesquisar e analisar os últimos estudos sobre as mudanças climáticas para chegar a um consenso científico global sobre as mudanças climáticas.
- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL):** definido sob o Protocolo de Quioto. O MDL permite que os países do Anexo 1 possam atingir algumas de suas metas de redução através do financiamento de projetos que reduzam as emissões de GEE em países em desenvolvimento (normalmente nos setores industrial e energético).
- **Mitigação:** o processo de lidar com a causa das mudanças climáticas através da redução das emissões de gases de efeito estufa provocadas pelo homem.
- **Mudanças Climáticas:** a perturbação do clima e do sistema atmosférico globais – além de qualquer ciclo natural – por causa das emissões de GEEs pelo homem.
- **N<sub>2</sub>O:** óxido nitroso (um gás do efeito estufa).
- **Países do Anexo 1:** Uma lista dos 40 países industrializados (países desenvolvidos e economias em transição), listados no Anexo 1 da UNFCCC, que precisam assumir compromissos de mitigação e outras obrigações sob a convenção e o protocolo.
- **Países fora do Anexo 1:** qualquer país signatário da UNFCCC, mas não listado em seu Anexo 1.
- **Protocolo de Quioto:** é um acréscimo à UNFCCC e foi assinado em 1997, mas só entrou em vigor em 2005. Definiu metas com força de lei para reduções nas emissões pelos países do Anexo 1.
- **Transferência de tecnologias limpas:** a transferência de novas tecnologias com baixa emissão de carbono, seja através dos equipamentos (p. ex., turbinas eólicas, painéis solares) ou dando acesso ao conhecimento sobre a fabricação. Normalmente se refere às transferências Norte-Sul, mas também pode ocorrer no eixo Sul-Sul.
- **UNFCCC:** a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas é o veículo global mais importante para debater uma resposta internacional às mudanças climáticas.

## CALENDÁRIO DE EVENTOS EM 2010

<b>Data</b>	<b>Evento</b>	<b>Lugar</b>
8 e 9 de abril	Fórum Econômico Mundial LAC	Cartagena, Colômbia
9 a 11 de abril	Encontro da UNFCCC	Bonn, Alemanha
19 a 22 de abril	Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra	Cochabamba, Bolívia
22 de abril	Dia da Terra 2010 (40º aniversário)	
10 e 11 de maio	Encontro Mercosul-Índia	Montevideu, Uruguai
31 de maio a 11 de junho	Intersessões da UNFCCC	Bonn, Alemanha
5 de junho	Dia Mundial do Meio Ambiente	
25 e 26 de junho	Cúpula do G8	Muskoka, Canadá
26 e 27 de junho	Cúpula do G20	Toronto, Canadá
20 a 22 de setembro	Cúpula Milênio +10	Nova York, EUA
16 de outubro	Dia Mundial do Alimento	
17 de outubro	Dia Mundial de Erradicação da Pobreza	
29 de novembro a 10 de dezembro	COP 16 da UNFCCC	Cancun, México
4 de dezembro	Dia da Ação Global	

## LISTA DE FONTES IMPORTANTES NA INTERNET

### É hora de justiça climática (Time for Climate Justice)

[www.climatejusticeonline.org](http://www.climatejusticeonline.org)

### Bread for All

[www.bfa-ppp.ch/eng/](http://www.bfa-ppp.ch/eng/)

### Brot für die Welt

[www.brot-fuer-die-welt.de/english](http://www.brot-fuer-die-welt.de/english)

### Christian Aid

[www.christianaid.org.uk](http://www.christianaid.org.uk)

### Igreja da Suécia

[www.svenskakyrkan.se](http://www.svenskakyrkan.se)

### DanChurchAid, Dinamarca

[www.danchurchaid.org](http://www.danchurchaid.org)

### Diakonia

[www.diakonia.se/english](http://www.diakonia.se/english)

### EED

[www.eed.de/en](http://www.eed.de/en)

### Finn Church Aid

[www.kua.fi/en](http://www.kua.fi/en)

### ICCO, Holanda (Organização interigrejas para cooperação pelo desenvolvimento):

[www.icco.nl](http://www.icco.nl)

### Inspiraction

[www.inspiration.org](http://www.inspiration.org)

### Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA)

[www.nca.no](http://www.nca.no)

### Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas:

[www.ipcc.ch](http://www.ipcc.ch)

### Secretariado da UNFCCC (inclui informações úteis sobre as negociações em progresso e textos de tratados):

[www.unfccc.int](http://www.unfccc.int)

### Climate Action Network (Rede Internacional de Ação de Clima) (consulte também a seção sobre a CAN em "A facilitação da defesa do hemisfério sul e campanhas sobre as mudanças climáticas" para os links para sites regionais da CAN):

[www.climateactionnetwork.org](http://www.climateactionnetwork.org)

### Climate Justice Now! (CJN! - Justiça Climática Agora!):

[www.climate-justice-now.org](http://www.climate-justice-now.org)

### Campanha Climática Global/Dia de Ação Global (12 de dezembro de 2009):

[www.globalclimatecampaign.org](http://www.globalclimatecampaign.org)

### Aliança Pan-africana por Justiça Climática:

[www.pacja.org](http://www.pacja.org)

### World Resources Institute (boa fonte para dados e políticas sobre mudanças climáticas)

[www.wri.org/climate](http://www.wri.org/climate)

### Climate progress (Progresso Climático): para informações sobre ciência, soluções e políticas climáticas

[www.climateprogress.org/2010/02/17/an-illustrated-guide-to-the-latest-climate-science/](http://www.climateprogress.org/2010/02/17/an-illustrated-guide-to-the-latest-climate-science/)

### UK Met Office

[www.metoffice.gov.uk/climatechange](http://www.metoffice.gov.uk/climatechange)

# A ALIANÇA APRODEV



**actalliance**



**Brot**  
für die Welt



Church of Sweden 

**La Cimade**  
L'humanité passe par l'autre



**INSPIRATION**



Este kit de ferramentas é uma iniciativa da campanha “É hora de justiça climática” da APRODEV. APRODEV é a associação das 17 maiores organizações de desenvolvimento e ajuda humanitária da Europa, que trabalham junto ao Conselho Mundial de Igrejas. Entre os seus membros, encontram-se: Igreja da Suécia, Diakonia, Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA), DanChurch Aid, Finn Church Aid, ICCO, EED, Brot für die Welt, Bread for All e Christian Aid.